

## VILAS E CIDADES DO BRASIL COLONIAL

(Ensaio de geografia urbana retrospectiva) (\*)

Aroldo de Azevedo

### EXPLICAÇÃO

O estudo geográfico das cidades brasileiras levou-nos, dentro de compreensível desejo de fazer comparações, a indagar qual o panorama urbano do Brasil de outros tempos. Infelizmente, as fontes consultadas não conseguiram satisfazer, nem de longe, a nossa curiosidade como geógrafo. Tentamos, então, num esforço ingente, realizar a tarefa, que melhor e com maiores razões deveria caber a um historiador. Evidentemente, não procuramos fazer um estudo de caráter histórico. Embora diga respeito ao passado—não ao passado em si mesmo, mas estreitamente ligado ao presente, como base para indispensáveis comparações e como elemento fundamental da evolução de fatos geográficos -, estamos convencidos de que realizamos um trabalho que, pelo assunto e sobretudo pelo método seguido, é de Geografia. Trata-se, porém, como esclarece seu subtítulo, apenas de um modesto ensaio de *Geografia urbana retrospectiva*.

Os mapas que ilustram o presente trabalho são de autoria de J. Soukup, A. Monte, J. Nieuhof e J.R. Felizardo e Costa. Os desenhos, de Seth, Rugendas, L. Jardim, J.W. Rodrigues e Belmonte. Quanto às fotografias, são todas do autor.

### SUMÁRIO

- I. Um estudo de geografia urbana retrospectiva.
- II. Os aglomerados urbanos no século XVI.
- III. Os centros urbanos no Seiscentismo.
- IV. Vilas e cidades no século XVIII.
- V. No crepúsculo do período colonial.
- VI. Algumas características dos aglomerados coloniais.
- VII. O anti-urbanismo do Brasil Colonial.

# I

## UM ESTUDO DE GEOGRAFIA URBANA RETROSPECTIVA

### Repartição geográfica das cidades brasileiras

De acordo com o censo de 1950, existiam em nosso país 1.890 municípios, o que significa que, no ponto de vista político-administrativo, o Brasil possuía, naquela ano, nada menos de 1890 cidades, uma vez que "a sede do município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome", conforme o estatuído pelo Decreto-Lei nº 311, de 2 de março de 1938, em seu artigo 3º.

Dentro desse total e levando em conta apenas a *população urbana*, assim se repartiam tais aglomerados:

<i>Cidades</i>	
Até 5.000 hab. . . . .	.1453
De 5.001 a 10.000. . . . .	230
De 10.001 a 20.000. . . . .	.108
De 20.001 a 50.000. . . . .	.64
De 50.001 a 100.000 . . . . .	.21
De 100.001 a 200.000. . . . .	3
Com mais de 200.000 hab. . . . .	8

Evidentemente, seria um erro afirmar que esses 1890 centros urbanos devem ser considerados verdadeiras *cidades*, de acordo com o conceito geográfico desta palavra, pois a grande maioria não apresenta as características culturais e sociais, a estrutura, as características demográficas e as funções geralmente apontadas pelos geógrafos para que possam ser como tais classificados'.

Acreditamos estar mais próximos da realidade se tomarmos como limite mínimo para a conceituação das cidades (na falta de outro critério) a população urbana de 10.000 hab. Nesta hipótese, existiriam, em 1950, apenas 204 aglomerados urbanos que mereceriam aquela designação, no ponto de vista da Geografia.

Ora, se procurarmos verificar como se realizava a repartição geográfica dessas duas centenas de cidades, chegaremos às seguintes conclusões:

- a) nada menos de 95% daquele total achavam-se concentrados em apenas três regiões brasileiras — o Sul, o Leste e o Nordeste;

---

<sup>1</sup>Consultem-se, a propósito, principalmente: LAVEDAN (Pierre), *Géographie des Villes*, Lib. Gallinard, Paris, 1936; MOMBEIG (Pierre), *O estudo geográfico das cidades*, em "Revista do Arquivo Municipal", nº LXXIII, São Paulo, 1941; CHABOT (Georges), *Les Villes*, Liv. Armand Colin, Paris, 1948; TAYLOR (Griffith), *Urban Geography — A study of site, evolution, pattern and classification in Villages, Towns and Cities*, ed. Methuen, Londres, 1949, de que existe uma versão espanhola, sob o título de *Geografía Urbana*, ed. Omega, Barcelona, 1954; GEORGE (Pierre), *La Ville — Le fait urbain a travers le Monde*, ed. Presses Universitaires de France, Paris, 1952; e SORRE (Max.), *Les Fondements de la Géographie Humaine*, tomo III — L'habitat, Liv. Armand Colin, Paris, 1952.

- b) 79% daquele total encontravam-se nas duas primeiras das regiões citadas: o Sul, com 92 cidades (45%) e o Leste com 70 cidades (34%);
- c) apenas cinco Estados brasileiros congregavam 69% daquelas cidades, a saber: São Paulo com 56 (27%), Minas Gerais com 35 (17%), Rio Grande do Sul com 23 (11%), Pernambuco e Rio de Janeiro com 15 cada um (7%);
- d) o Sul e o Leste podem ser considerados as regiões mais urbanizadas do nosso país, o que está de acordo com a excepcional posição ocupada por essas regiões quanto à população e ao poderio econômico.

Se examinarmos o assunto sob o prisma da concentração urbana, será possível fazer as seguintes constatações:

- a) em 1950, 11.840.195 habitantes (22% do total brasileiro) viviam naquelas 204 cidades;
- b) desse total, porém, 74% viviam em apenas 32 cidades, isto é, as que possuíam mais de 50.000 hab. em sua população urbana, correspondendo a 8.434.220 hab. (16% do total brasileiro);
- c) não é só: 58% da população urbana do país (6.873.253 hab.) estavam concentrados em apenas 11 cidades, isto é, as de mais de 100.000 hab.

Em face dos últimos dados citados, verifica-se que constitui uma realidade a irresistível atração exercida pelas médias e grandes cidades, a exemplo do que também se registra noutros países de formação recente e de fraca densidade demográfica, como o Canadá, a Austrália e os Estados Unidos.

### Uma Tarefa Ádua, mas Necessária

Uma vez constatados tais fatos, cumpre verificar desde quando começaram eles a ser registrados. Impõe-se, no caso, um estudo retrospectivo, através de sucessivos recuos no tempo, tarefa que poderia caber tanto ao historiador como ao geógrafo. Infelizmente, os que se dedicam à nossa História não se tem preocupado com o assunto; continuamos à espera que apareçam os êmulos brasileiros de um Fustel de Coulanges ou de um Henri Pirenne, que nos viessem brindar com estudos descritivos e interpretativos da vida urbana em nosso tão curto passado, informando-nos a respeito da fisionomia, da estrutura, das funções e da importância dos centros urbanos do Brasil colonial. Praticamente nada foi feito num setor tão palpitante<sup>2</sup> e o geógrafo sente-se no vácuo e inteiramente às cegas quando pretende, no desejo de fazer comparações, remontar ao passado.

Perante tal dificuldade, não tivemos dúvidas em tentar realizar não propriamente um estudo histórico (para o qual não temos vocação e nos falece competên-

---

2 JOAQUIM RIBEIRO reconheceu tal fato, ao escrever estas palavras: "Infelizmente ainda não se escreveu a história geral das origens das cidades do nosso interior e poucas são as que têm merecido a atenção dos nossos historiadores" (em *Folklore dos Bandeirantes*, pág. 146, Liv. José Olímpio, Rio, 1946).

cia), mas o que poderemos chamar de *geografia urbana retrospectiva*, da mesma maneira que ROGER DION não tem dúvidas em realizar a Geografia Humana Retrospectiva, quando procura reconstituir a paisagem natural e a paisagem humanizada correspondentes ao passado, interpretando-as à luz dos ensinamentos da Geografia moderna<sup>3</sup>.

Nossa tarefa seria bem mais fácil se nos limitássemos aos últimos 80 anos, a respeito dos quais existem dados censitários. Preferimos, porém, tentar uma tarefa mais ousada e complexa, abordando o tema em relação aos 322 anos do período colonial, no desejo de trazer não apenas uma contribuição, modesta embora, para a melhor compreensão dos fatos da Geografia Urbana brasileira, como também despertar o interesse dos mais capazes, dos especialistas em nossa História, para um assunto tão sedutor e até hoje condenado ao esquecimento. Nossa curiosidade maior se tornou quando viemos a constatar que o Brasil, no momento em que passou a ser um país independente, só possuía 12 *ciudades*, oficialmente assim designados, para tão vasto território e para uma população que não deveria estar muito longe do total de 5 milhões.

#### Nosso objetivo

No presente ensaio, em face da lamentável escassez bibliográfica e na impossibilidade de realizar pesquisas aprofundadas de caráter exclusivamente *histórico*, limitar-nos-emos a focalizar principalmente a *repartição geográfica* dos aglomerados urbanos brasileiros, do século XVI ao primeiro quartel do século XIX, como também as suas *características essenciais*, naquilo que possam interessar ao geógrafo. Deixaremos de lado os aspectos referentes às origens (tocados apenas de leve e de passagem), por dois motivos principais: 1) porque tal assunto já tem merecido a atenção dos historiadores, dos sociólogos e mesmo dos geógrafos<sup>4</sup>; 2) porque daria oportunidade a um estudo tão ou mais extenso que o presente, tendo em vista a importância que apresenta para a Geografia urbana brasileira.

---

3 Cf. DION (Roger), *La Géographie Humaine Rétrospective*, em "Cahiers Internationaux de Sociologie", vol.VI, Paris, 1949.

4 Veja, principalmente: MORAES (Rubens Borba de), *Contribuição para a história do povoamento em São Paulo até fins do século XVIII*, em "Geografia", I, n° 1, São Paulo, 1935; DEFFONTAINES (Pierre), *The origin and growth of the Brazilian network of towns*, em "Geographical Review", XXVIII, New York, 1938, de que há uma versão brasileira, sob o título *Como se constituiu no Brasil a rede de cidades*, em "Boletim Geográfico", n°s 14 e 15, Rio, 1944; AZEVEDO (Fernando de), *A Cultura Brasileira*, ed. do IBGE, Rio, 1943; 2ª edição, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1944.

## II OS AGLOMERADOS URBANOS NO SÉCULO XVI

### Feitorias, "cabeças de ponte" do Brasil quinhentista

Os mais remotos embriões de nossas cidades podem ser considerados as modestas *feitorias* surgidas no litoral brasileiro, nos 30 primeiros anos do século XVI. Simples pontos de escala das expedições exploradoras enviadas pelo governo de Portugal, verdadeiras "cabeças de ponte" aqui plantadas naqueles anos incertos que imediatamente se seguiram à descoberta, tais feitorias significavam um sinal de posse, serviam de base para o policiamento da costa infestada de contrabandistas franceses, ao mesmo tempo que representavam o papel de entrepostos para o incipiente tráfico do pau-brasil e de local de aguada para as naus que demandavam as índias ou policiavam nossas águas. "Simples galpões, cercados de estacadas, para prevenir eventuais ataques, aí se depositava a habitual mercadoria de escambo: espelhos, avelórios (vidrilhos), cascavéis (guisos), pentes, tesouras e as ferramentas, como o machado e a foice" — ensina HÉLIO VIANA<sup>5</sup>.

Todavia, cumpre não exagerar a importância desses modestíssimos núcleos de povoamento, em que pese a afirmação de MAX FLEIUSS, quando os considera "um esboço dos nossos primeiros núcleos de organização político-administrativa" e quando afirma que, "pouco a pouco, com a arribada de novas naus e novos colonos e a hospitaleira acolhida dos naturais, a feitoria se ia convertendo em aldeamento ou *povoado*, florescia em vila ou cidade, com a construção de casas coloniais, de taipa e pau-a-pique, edifícios públicos"<sup>6</sup>.

Em primeiro lugar, torna-se necessário acentuar que tais feitorias caracterizavam-se pelo seu caráter principalmente militar, bem definido pela presença de "uma casa-forte defendida por uma *caçara* ou *paliçada*", sob o comando de um *capitão de vigia*, de acordo com os ensinamentos do próprio MAX FLEIUSS<sup>7</sup>. Além disso, apresentavam extrema precariedade, tinham insignificante função econômica como simples entrepostos de trocas em espécie e não se enraizavam no lugar em que eram fundadas. Por outro lado, cumpre lembrar que seu número foi muito reduzido, não chegando talvez a meia dúzia, embora seja este um dos pontos mais obscuros e controversos da nossa história quinhentista<sup>8</sup>.

Embora reduzidas em número, tais sementes poderiam ter germinado, transformando-se em vilas e cidades. Eis aqui, porém, um fato que necessita de

5 VIANA (Hélio), *História do Brasil Colonial*, pág. 43, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1945.

6 FLEIUSS (Max), *História Administrativa do Brasil*, pág. 4, 2ª edição, Comp. Melhoramentos de São Paulo.

7 FLEIUSS (Max), obra cit., pág. 4.

8 Entre os núcleos de origem européia existentes no período anterior a 1530, os historiadores citam os seguintes: *Igarapé e Conceição de Itamaracá*, em Pernambuco; *Santa Cruz*, na Bahia; *Cabo Frio*, no Estado do Rio de Janeiro, fundado em 1503; e o do Rio de Janeiro, cujos vestígios teriam sido encontrados por Fernão de Magalhães, quando passou pela baía de Guanabara, em 1519.

comprovação. Conhecemos apenas dois exemplos, se bem que não muito convincentes, em que parece se ter registrado uma tal evolução, sem solução de continuidade: *Cabo Frio*, que as circunstâncias históricas transformaram em cidade no primeiro quartel do século XVII; e *Igarazú*, pequeno aglomerado urbano de pernambuco, que conseguiu arrastar-se obscuramente através dos séculos e ainda hoje existe como simples relíquia histórica.

Não fora tudo isso uma verdade e certamente o governo de Portugal teria prosseguido, por muito mais tempo, a semear feitorias nas costas brasileiras.

### As Vilas e Cidades do Século XVI

A urbanização do nosso país só teve início, realmente, depois que se iniciou a colonização e foi instituído o regime das Capitânicas. De fato, conforme rezavam as cartas-régias, os donatários tinham o direito de "fazer todas e quaisquer povoações que se chamarão Vilas", as quais possuiriam "termo, jurisdição, liberdades e insígnias de Vilas, segundo a forma e costume de meus Reinos".

A mais antiga, a primeira vila oficialmente instalada no Brasil — é bem sabido — foi a de *São Vicente*, no ano de 1532, no litoral paulista. Coube a Martim Afonso de Sousa demarcar-lhe o terreno, arruá-lo, loteá-lo, distribuindo os lotes aos sesmeiros; fez levantar um forte, a casa da Câmara, a cadeia, a igreja, a alfândega; e, dando-lhe uma organização político-administrativa, nomeou os administrativos da justiça e convocou os "homens bons" para procederem à eleição dos primeiros Vereadores".

Outras muitas vilas vieram, sem demora, alinhar-se ao lado dessa venerável São Vicente, que, sob certos aspectos, pode ser considerada a primeira Capital que teve o Brasil, desde que seu fundador tinha o título de "Capitão-mor e governador das Terras do Brasil". O assunto apresenta uma certa dificuldade, pois algumas delas tiveram duração efêmera (como é o caso de Santo André da Borda do Campo), os cronistas da época não distinguem perfeitamente as vilas dos simples povoados<sup>11</sup> e, finalmente, existem exemplos de aglomerados que tomaram o título de Vilas sem que se conheça com exatidão o correspondente ato da metrópole.

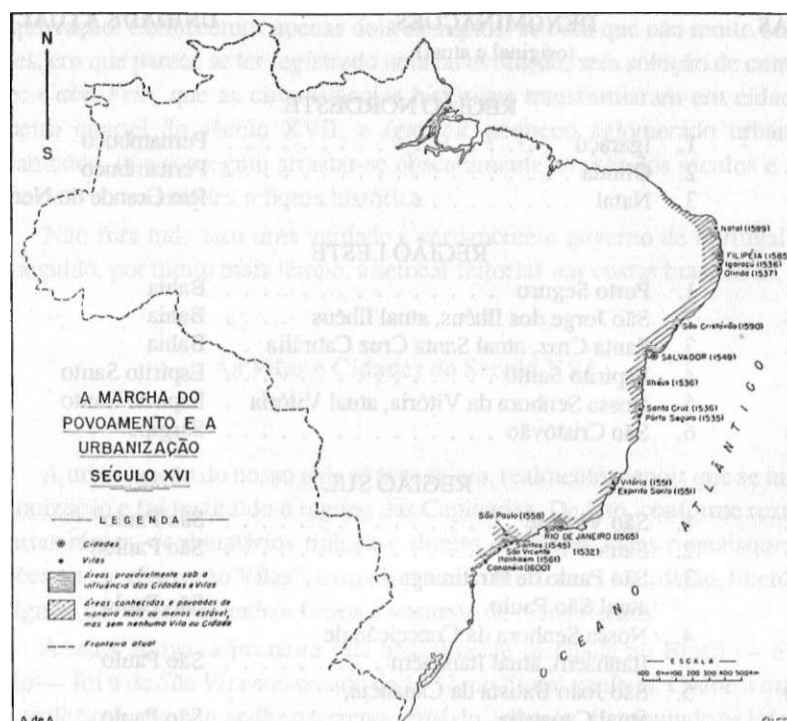
Tudo parece indicar que, ao findar-se o século XVI, existiam no Brasil pelo menos 14 vilas, a saber:

9 Cf. MAIA (João de Azevedo Carneiro), *O Município*, pag. 28, Tip. Leuzinger, Rio, 1883.

10 Cf. FLEIUSS (Max), obra cit., pág. 6.

11 Cf. GANDAVO (Pero de Magalhães), *História da Província de Santa Cruz*, em ASSIS CINTRA, "Nossa Primeira História", Comp. Melhoramentos, São Paulo, 1922, págs. 71-76; e SOUSA (Gabriel Soares de), *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, 3- edição, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1938, págs. 27-107.





*Povoamento e urbanização do Brasil, no século XVI*

No quinhentismo, a área efetivamente povoada limitou-se à orla litorânea, do Rio Grande do Norte a São Paulo, o que explica a presença das poucas cidades e vilas exclusivamente nesse trecho da costa, salvo uma única exceção: a vila de São Paulo de Piratininga, localizada no Planalto.

#### A Maritimidade dos Aglomerados Quinhentistas

Era esse, por conseguinte, o panorama urbano do Brasil quinhentista. Em primeiro lugar, cumpre-nos ressaltar um traço comum a essas vilas e cidades do século XVI: com apenas uma única exceção, localizavam-se à beira-mar, eram *aglomerados urbanos marítimos*. Tal característica nada mais constituía do que uma consequência das condições reinantes naquele momento histórico.

Antes de tudo, não nos esqueçamos de que os audazes pioneiros, que constituam a população desses núcleos urbanos, precisavam fixar-se no litoral a fim



de que pudessem manter permanente contato com as raras naus procedentes da metrópole lusa, vale dizer da Europa e do Mundo civilizado de então. Mais do que nunca, o colono quinhentista dependia desses raros e sempre desejados contatos: de Portugal vinham os tecidos para o seu vestuário, os mantimentos com que se havia acostumado, as armas e as munições essenciais à sua defesa, os modestos instrumentos de uso comum ou para a lavoura, as sementes e as cabeças de gado; de lá vinham as notícias dos membros de sua família e os ecos amortecidos dos acontecimentos registrados no país, quando não no próprio continente.

Fixar-se junto às águas do atlântico, dessas mesmas águas que também banham as costas lusitanas, constituía, até certo ponto, um gesto de sobrevivência e manifestação de uma esperança; afastar-se desse litoral e embrenhar-se pelo sertão desconhecido, planalto a dentro, era sujeitar-se a perigos de toda ordem e a contratemplos inimagináveis, era expor-se ao ataque da índia hostil e abdicar ao mínimo de conforto que a civilização podia oferecer. Em última análise, tratava-se de escolher entre a Vida e a Morte. As necessidades materiais exigiam essa permanência na costa, fazendo com que os colonos a ela se agarrassem como os caranguejos — conforme a tão citada e sugestiva imagem de irei VICENTE DO SALVADOR; mas é evidente que o fator psicológico representou um papel de destaque nessa localização de nossos primeiros aglomerados urbanos.

Todavia, outras razões existiam, reforçando a que acabamos de citar. Em primeiro lugar, a presença das escarpas abruptas do Planalto Brasileiro, junto ao mar ou não muito longe dele, em larga extensão do litoral sul-oriental, constituindo só por si uma barreira natural, de acesso difícil e que dava a impressão de esconder, atrás delas, uma região extremamente montanhosa e intransponível. Tornando ainda mais sério esse obstáculo criado pela Natureza, aparecia aos olhos daqueles homens do quinhentismo o manto compacto, impenetrável, grandioso mas amedrontador da Mata Atlântica, a encobrir os vales e as escarpas da serra marítima. Além disso, as vias de acesso ao Planalto eram muito escassas, deficientíssimas e cheias de perigos; imagine-se o que não aconteceria nas terras de "Serra Acima", onde os caminhos eram inexistentes e não se dispunha nem mesmo dos mais rudimentares meios de transporte.

Havia mais, porém: se o Tupi da costa dava margem a cuidados e preocupações, maior era o temor que se apoderava dos primeiros povoadores em relação ao Jê ou Tapuia, que habitava o Planalto e que se notabilizava por sua belicosidade e selvageria. Finalmente, também consequência de tais fatores, mas causa da concentração urbana, era na costa ou em suas proximidades que se situavam os únicos centros econômicos da época, baseados na cultura da cana de açúcar e importantes fatores para a fixação do povoamento.

Tudo contribuiu, pois, para que nossos primeiros aglomerados urbanos fossem marítimos; e as razões do fato prevaleceram em grande parte ainda no século XVII.

A vila de *São Paulo de Piratininga* aparecia como verdadeira e única exceção, desde que, embora também surgida no primeiro século de nossa colonização, foi plantada no Planalto, a mais de 700m de altitude sobre o nível do mar e deste separada não apenas por algumas dezenas de quilômetros, mas sobretudo pelas escarpas da Serra do Mar. No decurso de todo o quinhentismo, foi a mais avançada "boca de sertão" estabelecida pelos colonizadores à entrada daquele mundo desconhecido, que era o interior do nosso país.

Tal exemplo, no entanto, não basta para invalidar a regra geral: fundada em 1554 e feita vila em 1558, teve a seu favor o fato de poder dispor de uma das raras e mais antigas vias de acesso ao litoral (utilizada pelos índios antes mesmo da chegada dos portugueses) e de contar com a preciosa colaboração de chefes indígenas, graças ao prestígio de João Ramalho. Não fora isso, tal exceção certamente deixaria de aparecer no quinhentismo; e, para comprovar nossa assertiva, basta recordar que as demais vilas planaltinas, instaladas no decorrer do século XVII, foram em reduzido número, como teremos oportunidade de verificar.

#### Repartição Geográfica dos Aglomerados dos Quinhentistas

Os aglomerados urbanos, no século XVI, além de tipicamente marítimos, surgiam de maneira isolada e esparsa, constituindo verdadeiros "nódulos" de população no imenso "deserto" humano do Brasil de então.

Atualmente, percebe-se uma relativa concentração das vilas e cidades quinhentistas em duas áreas distintas: no que poderemos denominar de região vicentina, atual território paulista, onde existia a maior concentração de aglomerados urbanos, embora nenhum gozasse das honras de cidade, num total de 5 vilas, o que equivale a 29%; e no que chamaremos de *região pernambucana*, no litoral oriental do Nordeste, onde apareciam 4 aglomerados urbanos (22%). Os sete núcleos urbanos restantes (41%) distribuíam-se esparsamente: além da cidade do Rio de Janeiro, existiam 3 em terras baianas, 2 no Espírito Santo e 1 no atual Sergipe. Percebe-se que se esboçava, assim, uma terceira área — a que chamaríamos de região baiana, tendo por centro a cidade do Salvador e situada entre as duas outras regiões já mencionadas.

Tal repartição geográfica reflete, de maneira muito nítida, a realidade demográfico-econômica da época, pois é bem sabido que, de todas as Capitânicas quinhentistas, duas apenas conseguiram prosperar—exatamente as de São Vicente e de Pernambuco.

Com a competência e o espírito de síntese próprios dos Mestres. CAPISTRANO DE ABREU descreveu, de maneira sugestiva, o quadro do povoamento no Brasil ao completar-se um século após a viagem de Cabral: Natal estava nascendo, à sombra do forte dos Três Reis Magos; na cidade da Paraíba, a atual João Pessoa, as casas "se alongavam pelo morro pitoresco, com os engenhos que

se irradiavam pelas várzeas ubertosas"; ver-se-iam "Igaracú, a antiga, Olinda, a orgulhosa, e Recife, simples morada de pescadores, que não tardaria a eclipsar todas"; já existiam *Porto Calvo* e *São Cristóvão*, em terras hoje alagoano-sergipanas; já brilhava "a cidade do *Salvador*, com o seu Recôncavo, em que prosperavam numerosos engenhos e vicejavam por léguas e léguas os canaviais verdejantes", tendo ainda "os seus campos, em que o gado passeia às manadas, aos milheiros"; seguiam-se *Ilhéus*, *Santa Cruz*, *Porto Seguro* e, um tanto isolada, *Espírito Santo*; depois, "o *Rio de Janeiro*, assentado no meio de um anfiteatro imenso", "com as suas ilhas feiticieras, com sua baía sem par"; mais ao sul, "*São Vicente*, a obra de Martim Afonso, Santos, obra de Brás Cubas, *Itanhaem*, mais tarde efêmera cabeça de capitania, *Cananéia*, semente de João Ramalho, porto franco para os campos de Curitiba, do Viamão e da Vacaria"; e, finalmente, "a dez léguas do oceano", encarapitada no planalto, "a vila de São Paulo, obra dos Jesuítas"<sup>13</sup>.

### Os Maiores Centros Urbanos do Século XVI

Tudo parece indicar que, das 3 cidades e 14 vilas existentes ao encerrar-se o quinhentismo, quatro ocupariam um lugar de maior destaque: a cidade do *Salvador* e a cidade do *Rio de Janeiro*, principalmente por sua função político-administrativa, pois ambas serviram como sede do Governo Geral, a segunda por um curto prazo, mas a primeira por meio século, ininterruptamente, o que lhe valeu a incontestável posição de metrópole colonial; e as vilas de *Olinda* e de *São Vicente*, em virtude do seu papel de "cabeça" das duas mais importantes e prósperas Capitânicas, únicos centros econômicos de destaque, a par com o Recôncavo baiano. Os demais aglomerados urbanos seriam bastante modestos, inclusive a cidade de Filipéia ou Paraíba, que evidentemente não deveria ter recebido semelhante honraria, não fossem motivos fortuitos e ocasionais.

A cidade do *Salvador*, a metrópole desse Brasil quinhentista, teve em GABRIEL SOARES DE SOUSA o seu geógrafo, à maneira da época<sup>14</sup>. Descreveu-se o sítio da cidade, em poucas mas sugestivas palavras, como forneceu detalhes a respeito da baía de Todos os Santos e o clima ali reinante, demonstrando conhecer muito bem o papel representado pelos ventos alísios. Deu-nos um relato da maneira pela qual foi fundada a cidade, as razões que justificaram a escolha do local e o abandono da Vila Velha, pormenorizando as providências tomadas por Tomé de Sousa: o armamento "por boa ordem com as casas cobertas de palma ao modo do gentio"; a construção de "muros de taipa grossa", "com dois baluartes ao longo do mar e quatro da banda da terra"; e a fundação de "um colégio dos padres da Companhia, e outras igrejas e grandes casas, para vivermos Governadores, casas

13 Cf. LYRA (A. Tavares de ), *Organização Política e Administrativa do Brasil*, págs. 24-26, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1941.

14 SOUSA (Gabriel Soares de), obra cit., págs. 128-143.

da Câmara, cadeia, alfândega, contos, fazendas, armazéns, e outras oficinas convenientes ao serviço de Sua Alteza". Ao tempo em que escreveu (1587), Salvador teria "800 vizinhos, pouco mais ou menos", ao passo que mais de 2.000 viveram na região do Recôncavo, isto sem falar nos 2.500 soldados de sua guarnição. Demonstrando um admirável espírito de observação, deixou-nos detalhada descrição da cidade: sua parte central, onde ficava "uma honesta praça, em que se correm touros quando convém" e onde se erguiam os principais edifícios públicos, as mais importantes mas comerciais, a Sé e o colégio dos Jesuítas; os arrabaldes residenciais, com seus quintais cheios de árvores; os caminhos que conduziam à atual Cidade Baixa, onde se localizavam os desembarcadouros, próximos de três fontes "em as quais os marcantes fazem sua aguada bem à borda do mar"; a zona rural circunjacente, verdadeiro "cinturão verde", pois a terra, "uma e duas léguas à roda, está quase toda ocupada com roças, que são como os casais de Portugal", onde se cultivavam "muitos mantimentos, frutas e hortaliças", destinados ao abastecimento da população. Não se esqueceu, enfim, de referir-se aos habitantes da cidade, especialmente à gente rica, a respeito de cuja maneira de viver forneceu detalhes preciosos.

Se a este depoimento acrescentarmos as informações de outros cronistas da época e tudo quanto já conseguiram reunir os historiadores<sup>15</sup>, acabaremos por fazer uma idéia o mais possível fiel da metrópole do Brasil quinhentista: um burgo que teria um milhar de habitantes, fortemente ligado à região agrícola do Recôncavo, tendo na função político-administrativa e na função religiosa as principais razões de ser de sua existência. Podemos bem avaliar, por isso, a reduzida importância e a modéstia da vida urbana dos demais aglomerados brasileiros, ao findar o século XVI.

---

15 Consultem-se, entre outros, SILVA (Alberto), *A Cidade de Tomé de Souza — Aspectos quinhentistas*, ed. Irmãos Pongetti, Rio, 1949; AZEVEDO (Thales de), *Povoamento da Cidade de Salvador*, 2ª edição revista, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1955.

No que se refere às cidades, quatro novas vieram se juntar às três do quinhentismo:

1. *São Luís do Maranhão*, fundada em 1612 pelos franceses de Daniel de la Touche, por ocasião da fracassada tentativa de estabelecimento da "França Equinocial";
2. *Nossa Senhora da Assunção do Cabo Frio*, antiga feitoria, elevada à categoria de cidade em 1615, sem razões poderosas que justificassem a medida<sup>16</sup>;
3. *Nossa Senhora de Belém*, fundada na embocadura do Amazonas em 1616, logo após a expulsão dos franceses do Maranhão, para servir de sinal de posse e como baluarte de defesa da imensidão amazônica; e
4. *Olinda*, elevada a essa categoria em 1676 como homenagem à sua posição de "célula mater" da zona açucareira do Nordeste, embora estivesse profundamente ferida em consequência das lutas contra os invasores holandeses e tendo já como rival o próspero povoado do Recife.

#### As Vilas Seiscentistas

No que se refere às vilas, nada menos de 37 foram criadas durante o século XVII, particularmente em sua segunda metade (sob os reinados de D. Afonso VI e D. Pedro II), o que fez com que se elevasse para 51 o total das vilas brasileiras.

Registrou-se uma verdadeira proliferação de vilas ao longo do litoral, de maneira especial em dois trechos: entre a cidade da Paraíba e a vila de Ilhéus, como também da vila de Vitória ao extremo norte do atual litoral catarinense. Percebe-se, por conseguinte, que os dois importantes centros econômicos do quinhentismo — Olinda e São Vicente — continuavam a exercer sua hegemonia, reforçado o primeiro pela importância crescente da cidade do Salvador e do Recôncavo baiano.

Daí a existência de duas áreas de maior concentração urbana: a) a que poderemos chamar de *região baiano-pernambucana*, tendo por base a economia açucareira e resultante, em parte, da luta contra os flamengos; b) a *região paulista-fluminense*, girando em torno da vila de São Paulo e da cidade do Rio de Janeiro, tendo por fundamentos de sua prosperidade econômica dos fatores diversos: a criação de gado e os engenhos de açúcar, no trecho fluminense; e o preamento de índios, no trecho paulista<sup>17</sup>. A par de tais áreas, modestamente esboçavam-se duas outras, onde também se registrava uma certa concentração urbana: a região paraense, mais importante, e a *região maranhense*. De qualquer maneira, o fato é que

16 Referindo-se à inexplicável elevação de Cabo Frio à categoria de cidade, AIRES DE CASAL esclarece que, naquela época, "muitas povoações tomavam de princípio o título de cidade" (*Corografia Brasílica*, II, pág. 31, ed. Cultura, São Paulo, 1943).

17 A urbanização do território paulista, no século XVII, deve-se também à ação dos Jesuítas (através de numerosos aldeamentos de índios, que se transformaram em vilas) e, possivelmente, à existência de aglomerados fortemente ligados à agricultura, do tipo das aldeias portuguesas ou dos "villages" franceses.

a fachada atlântica, desde a foz do rio Tapajós até a ilha de São Francisco (Santa Catarina), passara a ser balisada por vilas e cidades, numa extensão quase duas vezes maior do que a registrada no século anterior.

Por outro lado, a fase inicial da conquista do Planalto Brasileiro pelos desbravadores refletiu-se na instalação de novas vilas. São Paulo deixou de ser a única vila planaltina; novos aglomerados surgiram na planície do médio Paraíba do Sul, na rota geralmente preferida pelos Bandeirantes que demandavam as "Minas Gerais dos Cataguás", como também atingiram a zona dos campos da Depressão Paleozóica (logo aproveitada pelos que se dirigiam no rumo do sul ou para o Planalto Central) e o planalto de Curitiba.

No seiscentismo, a maior concentração urbana registrava-se em terras atualmente paulistas: nada menos de 17 vilas para um total de 51, isto é, 33%. Também chama a atenção a concentração urbana verificada nas atuais terras da Bahia (uma cidade e 8 vilas) e no Estado do Rio de Janeiro de hoje (uma cidade e 5 vilas). No mais, constata-se uma grande modéstia: Pará — 4; Maranhão — 2; Ceará -1; — Rio Grande do Norte — 1; Paraíba — 1; Pernambuco — 3; Alagoas — 3; Sergipe — 1; Espírito Santo — 3; Paraná — 2; Santa Catarina — 1.

Foram as seguintes as vilas criadas no século XVII, de acordo com as divisões regionais atualmente admitidas:

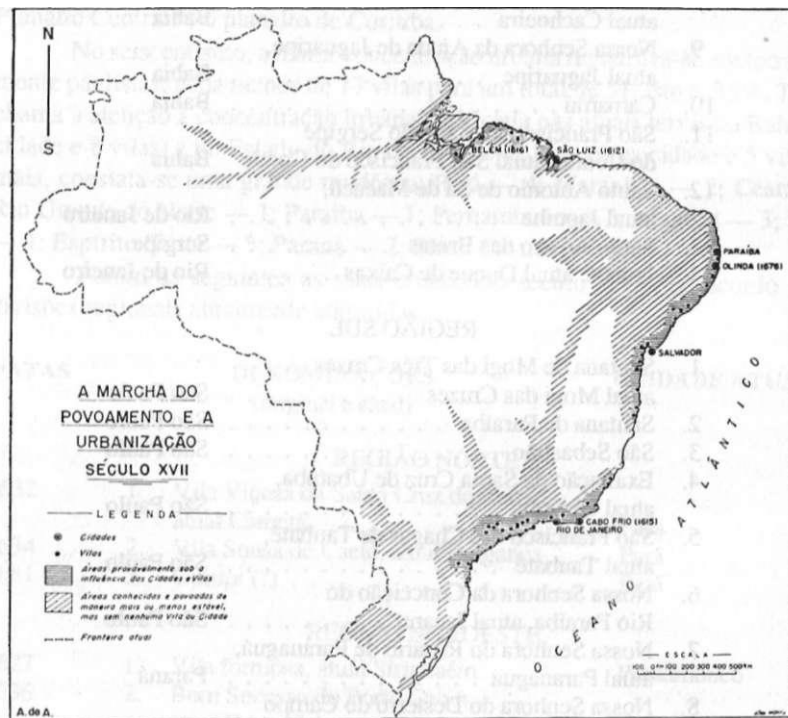
DATAS	DENOMINAÇÕES (original e atual)	UNIDADE ATUAL
<b>REGIÃO NORTE</b>		
1632	1. Vila Viçosa da Santa Cruz do Cameté, atual Cameté. . . . .	Pará
1634	2. Vila Sousa de Caeté, atual Bragança . . .	Pará
1661	3. Gunipi(?) . . . . .	Pará
<b>REGIÃO NORDESTE</b>		
1627	1. Vila formosa, atual Sirinhaém. . . . .	Pernambuco
1636	2. Bom Sucesso do Porto Calvo, atual Porto Calvo. . . . .	Alagoas
1636	3. Santa Maria Madalena da Alagoa do Sul, atual Marechal Deodoro. . . . .	Alagoas
1636	4. Penedo do Rio de São Francisco, atual Penedo. . . . .	Alagoas
1637	5. Santo Antônio de Alcântara, atual Alcântara. . . . .	Maranhão
1700	6. São José de Aquirás, atual Aquirás . . . .	Ceará
<b>REGIÃO LESTE</b>		
1608	1. Angra dos Santos Reis da Ilha Grande, atual Angra dos Reis . . . . .	Rio de Janeiro
1608	2. Cairú . . . . .	Bahia

DATAS	DENOMINAÇÕES (original e atual)	UNIDADE ATUAL
1665	3. Santo Antônio da Itabaiana, atual Itabaiana	Sergipe
1667	4. Parati . . . . .	Rio de Janeiro
1677	5. São João do Paraíba, atual São João da Barra. . . . .	Rio de Janeiro
1677	6. São Salvador dos Campos dos Goitacazes, atual Campos. . . . .	Rio de Janeiro
1689	7. Guarapari. . . . .	Espírito Santo
1693	8. Nossa Senhora do Rosário de Cachoeira, atual Cachoeira. . . . .	Bahia
1693	9. Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe, atual Jaguaripe. . . . .	Bahia
1693	10. Camamú. . . . .	Bahia
1693	11. São Francisco da Barra do Sergipe do Conde, atual São Francisco do Conde	Bahia
1697	12. Santo Antônio de Sá de Macacú, atual Japuiba. . . . .	Rio de Janeiro
1697	13. Santo Amaro das Brotas. . . . .	Sergipe
1699	14. Iguaçu, atual Duque de Caixas. . . . .	Rio de Janeiro

## REGIÃO SUL

1611	1. Santana de Mogi das Três Cruzes, atual Mogi das Cruzes. . . . .	São Paulo
1625	2. Santana de Paraíba. . . . .	São Paulo
1636	3. São Sebastião. . . . .	São Paulo
1637	4. Exaltação da Santa Cruz de Ubatuba, atual Ubatuba. . . . .	São Paulo
1645	5. São Francisco das Chagas de Taubaté, atual Taubaté. . . . .	São Paulo
1653	6. Nossa Senhora da Conceição do Rio Paraíba, atual Jacareí. . . . .	São Paulo
1653	7. Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, atual Paranaguá. . . . .	Paraná
1655	8. Nossa Senhora do Desterro do Campo Alegre de Jundiá, atual Jundiá. . . . .	São Paulo
1657	9. Santo Antônio de Guaratinguetá, atual Guaratinguetá. . . . .	São Paulo
1657	10. Nossa Senhora da Candelária do Outú Guaçú, atual Itú. . . . .	São Paulo
1660	11. Rio de São Francisco do Sul, atual São Francisco do Sul. . . . .	Santa Catarina
1661	12. Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba, atual Sorocaba. . . . .	São Paulo
1665	13. Nossa Senhora das Neves de Iguape, atual Iguape. . . . .	São Paulo
1693	14. Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, atual Curitiba. . . . .	Paraná

Ao terminar o século XVII, as vilas que podemos considerar "bocas de sertão" e que mais se afastavam da orla litorânea, situavam-se na porção meridional do Planalto Atlântico (Curitiba, Sorocaba, Itú, Jundiá, Guaratinguetá), embora como tal também possamos classificar a vila de Cameté, à entrada do Mundo Amazônico.



#### *Povoamento e urbanização do Brasil, no século XVII*

No seiscentismo, teve início a conquista da Amazônia, do Sertão nordestino, de Minas Gerais, de Goiás e do Sul do Brasil, ao mesmo tempo que os Jesuítas espanhóis criaram "reduções" no sul de Mato Grosso, Noroeste do Paraná e no Rio Grande do Sul. Mas a obra urbanizadora foi bem mais modesta: salvo no Planalto paulista-paranaense, limitou-se ainda às vizinhanças do mar.



## Os Maiores Centros Urbanos do Século XVII

No panorama urbano do Brasil seiscentista, a cidade do *Salvador* brilhava, sem nenhuma dívida, não encontrando outro centro que lhe fizesse sombra, pelo menos na segunda metade do século XVII<sup>18</sup>. Teria uma população de uns 8.000 hab. brancos, além de alguns milhares de negros e índios, cerca de 2.000 casas, 12 grandes igrejas; seria grande o número de seus negociantes (portugueses na maioria) e a gente rica da cidade, "sobretudo as damas, faziam garbo de passear em palanquins pelas mas mais importantes e concorridas, ostentando o luxo que ainda refletia o "tempo dourado" dos grandes dias do açúcar e que então era mantido pelos lucros do contrabando do outro recebido das Minas em troca de gado, mantimentos, fazendas e negros que se remetiam clandestinamente"<sup>19</sup>.

Afora a capital da colônia, destacavam-se alguns poucos aglomerados urbanos: as cidades do *Rio de Janeiro* e de *Olinda*, a vila de *São Paulo* (já então transformada na "capital" do Bandeirismo), as cidades da *Belém* e de *São Luís* (que, em períodos diferentes, foram a sede do governo do "Estado do Maranhão", administrativamente independente do "Estado do Brasil"), além de um povoado que tinha todo o direito de ser elevado à categoria de vila, senão de cidade — o Recife, pois fora o grande beneficiário da ocupação holandesa, a "Cidade Maurícia" dos flamengos.

Com uma população comparável com a da cidade do Salvador, no ponto de vista numérico, o *Rio de Janeiro* seiscentista desenvolveu-se graças aos engenhos de açúcar "que lhe esboçaram a riqueza e lhe dividiram as terras das primeiras glebas, radicando as famílias originárias que haviam de constituir o núcleo de sua população. É o tempo em que a cidade, na ânsia de crescimento, rompe os limites estreitos do morro onde a localizara Men de Sá, e desce para a Várzea, derrama-se pelos valores apertados entre os montes, firmando as diretrizes materiais do seu desenvolvimento urbano, traçando as mas primitivas que até hoje perduram. Erguem-se os templos e conventos, expressão do espírito religioso da época, antes de serem construídos palácios. Em torno dos engenhos de açúcar, representando a vida econômica, e da igrejas, centros da vida espiritual, desdobra-se a trama da cidade. Ao longo da ribeira do mar, plantam-se os antigos trapiches, portas de comércio. E para a defesa contra os inimigos que viriam do mar, levantaram-se as fortificações primitivas, que foram as bases das que ainda hoje guardam a cidade"<sup>20</sup>.

18 Na primeira metade do século XVII a cidade que aparece. O título original da obra é a cidade de Salvador. No *Diálogo das Grandezas do Brasil* (ed. Dois Mundos, Rio, 1943), Brandônio, depois de dizer que esta cidade era a sede do governo, afirma que, "de poucos anos a esta parte, se há defraudado este mandato em grande maneira; porque se contentam mais os governadores de assistirem na capitania de Pernambuco, ou seja por tirarem dela mais proveito ou por estarem mais perto do Reino" (pág. 68).

19 AZEVEDO (Thales de), Povoamento da cidade de Salvador, págs. 158 e 183.

20 COARACY (Valdo), O Rio de Janeiro no Século 17, pág.9, Liv. José Olímpio, Rio, 1944.

Em relação aos dois centros urbanos rivais — Olinda e Recife temos, para os meados do século XVII, pelo menos os valiosos depoimentos de GASPAR BARLÉU<sup>21</sup> e JOAN NIEUHOF<sup>22</sup>. A primeira — com o seu sítio acidentado, "por amor das colinas que ela abrange no seu perímetro" — teria mais de 2.000 hab., sem contar os escravos e os membros do clero, sendo que daqueles "cerca de duzentos passavam por ser muito ricos", notabilizando-se "por belos edifícios e templos". Depois da tomada de Olinda pelos holandeses, muitos de seus habitantes, especialmente comerciantes, estabeleceram-se no Recife, "onde levantaram magníficas construções", cujo número chegou a ser de 2.000: na face oriental da ilha de Antônio Vaz fez erguer Maurício de Nassau um outro aglomerado — a *Cidade Maurícia*, bem defendida por fortificações, que foi ligada por meio de pontes ao núcleo primitivo e ao continente. Disponha de um vasto parque (repleto de coqueiros, limoeiros, cidreiras, romãzeiras e figueiras), no centro do qual elevava-se o Palácio de Friburgo, "edifício de aspecto nobre que, ao que se diz, custou 600.00 florins". Fronteiro à ilha de Antônio Vaz, no continente, ficava o Palácio da Boa Vista, "agradabilíssima residência de verão" do governador holandês. No ano de 1654, quando se inventariou o material bélico deixado pelos invasores recém-expulsos, registrou-se a presença de 464 prédios, dos quais 242 assobradados<sup>23</sup>, o que nos leva a supor que o Recife desta época teria, provavelmente, uma população de 3 a 4.000 hab.

Muito longe desse esplendor estariam os demais centros urbanos atrás citados—*São Paulo, Belém e São Luís*. Basta dizer que a "capital do Bandeirismo", não passava de um lugarejo humilde, um "arraial de sertanistas" — como a definiu ERNANI SILVA BRUNO<sup>24</sup>; "o que se chama hoje centra era, por assim dizer, toda a cidade de então, com suas tortuosas ruas serpenteando no cabeço da colina, estreitas num ponto, largas noutra, recortadas de casas baixas de enormes beiradas de telhados a protegerem as paredes de taipa, branqueadas, quando o eram, de tabatinga"<sup>25</sup>. São Paulo seiscentista não teria alcançado, em sua população, a cifra de 2.000 hab.

---

21 BARLÉU (Gaspar), *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício, Conde de Nassau*, trad. brasileira de Cláudio Brandão, ed. Ministério da Educação, Rio, 1940.

22 NIEUHOF (Joan), *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*, trad. brasileira Moacir Vasconcelos, Liv. Martins, São Paulo, 1942.

23 Cf. CASTRO (Josué de), *A cidade do Recife*, pág. 157, Liv. Ed. Casa do Estudante do Brasil, Rio, 1954.

24 BRUNO (Ernani Silva), *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, vol. I, Liv. José Olímpio, Rio, 1953.

25 LUÍS (Washington), *Capitania de São Paulo*, págs. 25-26, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1938.

#### IV VILAS E CIDADES NO SÉCULO XVIII

##### A Obra de Urbanização Alcança o Interior

Ao contrário do que acontecera no século XVII, registraram-se modificações substanciais no panorama urbano do Brasil no decorrer do setecentismo. A obra de urbanização conseguiu libertar-se definitivamente da orla atlântica, em consequência da expansão povoadora e da conquista de larga porção do Planalto Brasileiro e da própria Amazônia. A análise do mapa das vilas e cidades do século XVIII demonstra, de maneira evidente, a penetração do Bandeirismo, o povoamento da Chapada Diamantina e do vale médio do rio São Francisco, a expansão pastoril no sertão do Nordeste, a obra dos missionários na Amazônia e, em menor escala, a influência do chamado "ciclo do luar" e da conquista de caráter militar levada a efeito no extremo sul.

No Planalto Brasileiro, as vilas "bocas de sertão" chegaram a fixar-se a 400 e 500 km do oceano, particularmente em terras mineiras e baianas, se bem que "sentinelas" avançadas mas isoladas da onda urbanizadora pudessem ser encontradas a mais de 1.000 km, em terras de Goiás e de Mato Grosso. Por outro lado, na conquista da Amazônia, esses postos vanguardeiros do povoamento atingiram a margem direita do baixo Javari, na atual fronteira com o Peru, 2.000 km continente a dentro. Se deixarmos de lado os casos das vilas isoladas do extremo sul (São Pedro do Rio Grande) e dos sertões do Planalto Central, como também o caso especial do povoamento da Amazônia, nitidamente linear porque fluvial, poderemos considerar como *bocas do sertão*, verdadeiras balizas do povoamento, as seguintes vilas do setecentismo: Lajes, Castro, Itapeva, Porto Feliz, Mogi-Mirim, Campanha, Itapeverica (antigo arraial de São Bento do Tamanduá), Pitangui, Serro, Minas Novas, Jacobina, Senhor do Bonfim, Crato, Viçosa do Ceará e Monção.

Dentre as áreas de mais intensa urbanização, duas se destacavam por apresentarem uma relativa continuidade: 1) a que poderemos denominar de *região baiano-nordestina*, estendendo-se desde a Baixada Maranhense até o baixo Mucuri, com maior penetração no sertão do Nordeste Oriental e no trecho situado ao norte do Recôncavo baiano; 2) a que poderemos chamar de *região paulista-mineiro-fluminense*, estendendo-se desde a foz do rio Doce até a ilha de São Francisco, com maior penetração na área áureo-diamantífera de Minas Gerais e no planalto paulista-paranaense. As demais áreas de urbanização apareciam como se fossem "ilhas", sendo numerosos e expressivos os exemplos, tanto na orla marítima, como no Planalto Brasileiro e na Planície Amazônica.

Outro aspecto que impressiona é a extraordinária proliferação das vilas, pois nada menos de 118 foram criadas no século XVIII, de maneira particular no terceiro quartel desta centúria, sob o reinado de D. José I, quando 57 povoações viram-se

elevadas à categoria de vilas. Por isso mesmo, teve razão FERNANDO DE AZEVEDO quando afirmou:

"... se o século XVII, o das Bandeiras, foi o século da expansão territorial, da conquista e do povoamento, o século do ouro, o XVIII foi, com o declínio do patriarcalismo rural, no norte, e do movimento das Bandeiras, ao sul, o século do desenvolvimento das cidades, onde se formara e já ganhava corpo a nova classe burguesa, ansiosa de domínio, e já bastante forte para enfrentar o exclusivismo das famílias de donos de terras".<sup>26</sup>

### As cidades do século XVIII

No que se refere às cidades, parcimoniosa continuou a ser a metrópole portuguesa. Apenas três novas foram criadas:

1. **São Paulo**, em 1711, como reflexo da importância territorial que passara a ter a Capitania em virtude da expansão bandeirante, que lhe assegurara o domínio de quase um terço do atual território brasileiro;
2. **Mariana**, em 1745, em plena área da mineração, três décadas antes transformada de simples arraial na "Vila Leal de Nossa Senhora do Carmo", elevada à categoria de cidade menos por sua importância regional (Vila Rica a sobrepujava), do que pelo fato de haver sido escolhida como sede de um Bispado, o que exigia aquela condição;
3. **Oeiras**, em 1761, a antiga Vila do Mocha, sede do grande latifúndio pastoril que os Jesuítas haviam recebido por herança de Domingos Afonso Mafrense, o "Sertão", mas que a dissolução da Companhia de Jesus havia feito passar para o domínio da Coroa, no momento sob a influência do Conde de Oeiras, futuro Marquês de Pombal.

Por conseguinte, a vaidade de um poderoso ministro e as exigências da Igreja foram as responsáveis pela elevação algo imerecida de duas vilas brasileiras à categoria de cidades, em detrimento de outras que maiores razões possuíam para receber tal galardão. Apenas o caso de São Paulo parece-nos perfeitamente justificado, quando se analisa com frieza tais medidas da metrópole; tinha mais de 150 anos de existência e era, no momento, a "cabeça" de um vastíssimo território, que seus filhos haviam desbravado e conquistado à custa de sacrifícios inauditos.

Encerrou-se o século XVIII com a presença de somente 10 cidades em toda a enorme extensão do território brasileiro, cujas fronteiras praticamente coincidiam com as que hoje possuímos.

---

26 AZEVEDO (Fernando de), *A cultura Brasileira*, 2ª edição, pág. 68.

### Repartição Geográfica das Vilas Setecentistas

No que diz respeito às vilas, foi a seguinte a sua repartição tendo em vista as regiões brasileiras hoje admitidas:

DATAS	DENOMINAÇÕES (original e atual)	UNIDADE ATUAL
<b>REGIÃO NORTE</b>		
1752	1. _____	Amapá
1753	2. _____	Pará
1754	3. _____	Pará
1756	4. _____	Amazonas
1757	5. _____	Amazonas
1758	6. _____	Paraná
1758	7. Vila Nova del Rei, atual Cuniçá. . . . .	Pará
1758	8. _____	Pará
1758	9. _____	Pará
1758	10. São João Batista de Faro, atual Faro . . . . .	Pará
<b>REGIÃO NORDESTE</b>		
<b>REGIÃO NORDESTE</b>		
DATAS	DENOMINAÇÕES (original e atual)	UNIDADE ATUAL
1758	11. _____	Pará
1759	12. _____	Amazonas
1759	13. Olivença, atual São Paulo de Olivença . . . . .	Amazonas
1759	14. Ega, atual Tefé. . . . .	Amazonas
1759	15. São José do Javari, atual Benjamim Constant. . . . .	Amazonas
1790	16. Vila da Barra do Rio Negro, atual Manaus. . . . .	Amazonas
1798	17. Vila Nova da Rainha, atual Maués . . . . .	Amazonas
1709	1. Santo Antônio do Recife, atual Recife . . . . .	Pernambuco
1712	2. Vila do Mocha, atual Oeiras . . . . .	Piauí
1726	3. Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção do Ceará Grande, atual Fortaleza . . . . .	Ceará
1736	4. <b>Icó</b> . . . . .	Ceará
1747	5. São José do Aracatí, atual Aracatí . . . . .	Ceará
1755	6. _____	Ceará
1757	7. _____	Maranhão
1757	8. _____	Maranhão
1758	9. Vila Viçosa, atual Tutóia. . . . .	Maranhão
1758	10. _____	Ceará
1758	11. Vila Real do Crato, atual Crato. . . . .	Ceará
1759	12. _____	Ceará

DATAS	DENOMINAÇÕES (original e atual)	UNIDADE ATUAL
1759	13. Vila Nova de Arronches,	Ceará
1759	14. Vila Viçosa Real d'América, atual Viçosa do Ceará . . . . .	Ceará
1760	15. Esteemos . . . . .	Rio Grande do Norte
1762	16. São João do Parnaíba, atual Parnaíba . . .	Piauí
1762	17. São José do Rio Grande, atual São José de Mipibú . . . . .	Rio Grande do Norte
1764	18. Monte Mór o Novo da América, atual Barurité . . . . .	Ceará
1764	19. Vila Real de Bragança, atual Atalaia . . .	Alagoas
1766	20. Vila Nova da Princesa, atual Açú . . . . .	Rio Grande do Norte
1772	21. . . . .	Paraíba
1773	22. Sobral . . . . .	Ceará
1776	23. Granja . . . . .	Ceará
1789	24. Campo Maior de Santo Antônio de Quixeramobim, atual Quixeramobim . . .	Ceará
1790	25. Vila Nova da Rainha,	Paraíba
1799	26. . . . .	Alagoas
1800	27. Vila Real de São João, atual São João do Cariri . . . . .	Paraíba
1800	28. Vila Nova de Sousa, atual Sousa . . . . .	Paraíba

## REGIÃO LESTE

1701	1. Santo Antônio do Rio das Caravelas,	Bahia
1711	2. Vila Leal de Nossa Senhora do Carmo, atual Mariana . . . . .	Minas Gerais
1711	3. Vila Real de Sabará, atual Sabará . . . . .	Minas Gerais
1711	4. Vila Rica, atual Ouro Preto . . . . .	Minas Gerais
1712	5. São João Del Rei . . . . .	Minas Gerais
1714	6. Vila do Príncipe, atual Serro . . . . .	Minas Gerais
1714	7. Vila Nova da Rainha do Caeté do Mato Dentro, atual Caeté . . . . .	Minas Gerais
1715	8. Vila Nova do Infante, atual Pitangui . . . .	Minas Gerais
1716	9. Vila Nova de Benevente, atual Anchieta .	Espírito Santo
1718	10. São José Del Rei, atual Tiradentes . . . .	Minas Gerais
1722	11. Jacobina . . . . .	Bahia
1724	12. Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio de Contas, atual Livramento do Brumado . . . . .	Bahia
1725	13. Maragogipe . . . . .	Bahia
1727	14. Santo Amaro da Purificação, atual Santo Amaro . . . . .	Bahia
1728	15. Cachoeira da Abadia . . . . .	Bahia

DATAS	DENOMINAÇÕES (original e atual)	UNIDADE ATUAL
1728	16. Itapicurú de Cima, atual Itapecurú . . . .	Bahia
1728	17. _____	Bahia
1730	18. Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas do Fanado, atual Minas Novas . . .	Minas Gerais
1732	19. Barra do Rio de Contas, atual Itacaré . . .	Bahia
1733	20. Vila Nova de Santo Antônio do Rio de São Francisco, atual Neópolis . . . . .	Sergipe
1745	21. Minas do Rio de Contas, _____	Bahia
1746	22. Urubu, atual Paratinga. . . . .	Bahia
1748	23. Vila Viçosa, atual Viçosa. . . . .	Bahia
1752	24. São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande, atual Barra . . . . .	Baliu
1754	25. Pombal, atual Ribeira do Pombal . . . . .	Bahia
1755	26. _____	Bahia
1755	27. Soure, atual Nova Soure. . . . .	Bahia
1758	28. Espírito Santo de Nova Abrantes, _____	Bahia
1758	29. Vila Nova de Olivença, atual Olivença. . .	Bahia
1758	30. Vila Nova de Tomar, atual Lagarto . . . .	Sergipe
1758	31. Santarém, atual Utuberá . . . . .	Bahia
1759	32. Espírito Santo da Vila Verde, _____	Bahia
1759	33. _____	Bahia
1760	34. Vila Nova de Almeida, _____	Espírito Santo
1761	35. _____	Bahia
1764	36. Vila do Prado, atual Prado. . . . .	Bahia
1765	37. _____	Bahia
1769	38. São José do Porto Alegre, atual Mucuri . .	Bahia
1772	39. Vila Nova de São José Del Rei, atual São Barnabé (?). . . . .	Rio de Janeiro
1789	40. _____	Rio de Janeiro
1789	41. _____	Minas Gerais
1790	42. Vila Real de Queluz, atual Conselheiro Lafaiete	Minas Gerais
1791	43. _____	Minas Gerais
1797	44. Vila Nova da Rainha, _____	Bahia
1798	45. Vila da Princesa da Beira, _____	Minas Gerais
1798	46. Paracatú do Príncipe, atual Paracatú . . .	Minas Gerais
1799	47. _____	Bahia
1800	48. _____	Sergipe

DATAS	DENOMINAÇÕES (original e atual)	UNIDADE ATUAL
<b>REGIÃO SUL</b>		
1705	1. N.S.do Bom Sucesso de Pindamonhangaba, atual Pindamonhangaba . . . . .	São Paulo
1714	2. Laguna . . . . .	Santa Catarina
1726	3. Nossa Senhora do Desterro,	Santa Catarina
1751	4. São Pedro do Rio Grande,	Rio Grande do Sul
1767	5. São José do Paraíba,	São Paulo
1769	6. Itapeva da Faxina, atual Itapeva . . . . .	São Paulo
1769	7. S. João Batista de Atibaia, atual Atibaia .	São Paulo
1769	8. S.José de Mogi Mirim, atual Mogi-Mirim .	São Paulo
1770	9. Nossa Senhora dos Prazeres de Itapetininga, atual Itapetininga. . . . .	São Paulo
1770	10. Paraitinga, atual São Luís do Paraitinga .	São Paulo
1771	11. Santo Antônio das Minas de Apiaí, atual Apiaí . . . . .	São Paulo
1771	12. Vila Nova de São Luís de Guaratuba, atual Guaratuba. . . . .	Paraná
1774	13. . . . .	Santa Catarina
1785	14. Cunha . . . . .	São Paulo
1788	15. Nossa Senhora da Piedade de Lorena, atual Lorena . . . . .	São Paulo
1797	16. . . . .	São Paulo
1797	17. Porto Feliz . . . . .	São Paulo
1797	18. Nova Bragança, atual Bragança Paulista .	São Paulo
1797	19. Antonina . . . . .	Paraná
1798	20. Castro. . . . .	Paraná
<b>REGIÃO CENTRO-OESTE</b>		
1727	1. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, atual Cuiabá . . . . .	Mato Grosso
1736	2. Vila Boa, atual Goiás. . . . .	Goiás
1752	3. Vila bela da Santíssima Trindade do Mato Grosso, atual Mato Grosso . . . . .	Mato Grosso
1778	4. Vila Maria do Paraguai, atual Cáceres . .	Mato Grosso
1780	5. São Pedro del Rei, atual Poconé . . . . .	Mato Grosso

Se confrontarmos esta longa, talvez cansativa mas impressionante relação com a referente ao século XVII, alguns fatos ressaltarão sem demora. Em primeiro lugar, a urbanização do *Centro-Oeste*, ausente em todo o seiscentismo, e, dentro dessa região, a posição destacada de Mato Grosso, com suas 4 vilas. Além disso, impressiona sem nenhuma dúvida a transformação verificada em relação à *Região*



*Norte*: das 3 vilas criadas no século XVII passou a possuir um total de 20, testemunhando a existência de uma política urbanizadora (um tanto forçada e quase sempre artificial) da metrópole portuguesa em face da vastidão amazônica, certamente inspirada por motivos que hoje classificaríamos como geo-políticos: a confirmação do princípio do "uti-possidetis", que o tratado de Madri (1750) consagrara. Todavia, mais fortemente fere nossa atenção a intensa obra de urbanização registrada na *Região Nordeste* (que somente possuía 3 vilas no século XVI, 9 no século XVII e que passou a contar com 37 no século XVIII, além de 4 cidades) e, sobretudo, a que se verificou na *Região Leste*, que passou de 6 vilas no quinhentismo para 20 no século XVII e nada menos de 68 no setecentismo, ao lado de suas 4 cidades.

O fato que acabamos de assinalar é mais chocante se lembrarmos que o Leste e o Sul se haviam equilibrado no século XVII (quando foram criadas 14 vilas, em cada uma dessas regiões), embora a Região Leste estivesse à frente quanto ao total, com uma diferença mínima (20 no Leste e 19 no Sul). Ora, no século XVIII, a *Região Sul* assistiu à criação de apenas 20 novas vilas, isto é, bem menos da metade do total registrado no Leste, que foi de 48. Demonstra tal circunstância aquilo que a História já constatou: deslocara-se para o Leste brasileiro o eixo econômico, social e demográfico da então Colônia, graças ao ciclo do ouro e das pedras preciosas, tornando-se a cidade do Rio de Janeiro, em virtude de contingências inevitáveis, o centro da vida colonial, em detrimento da cidade do Salvador. "Nenhuma atividade econômica teve maior influência na criação e no desenvolvimento das cidades do interior e, portanto, na produção do fenômeno urbano — observa, com razão, FERNANDO DE AZEVEDO — do que a indústria mineradora, não só na região das "minas gerais", como, pelas suas repercussões, sobre o centro comercial e político que deslocou para o Rio de Janeiro e contribuiu para desenvolver e diferenciar, no sentido urbano"<sup>27</sup>.

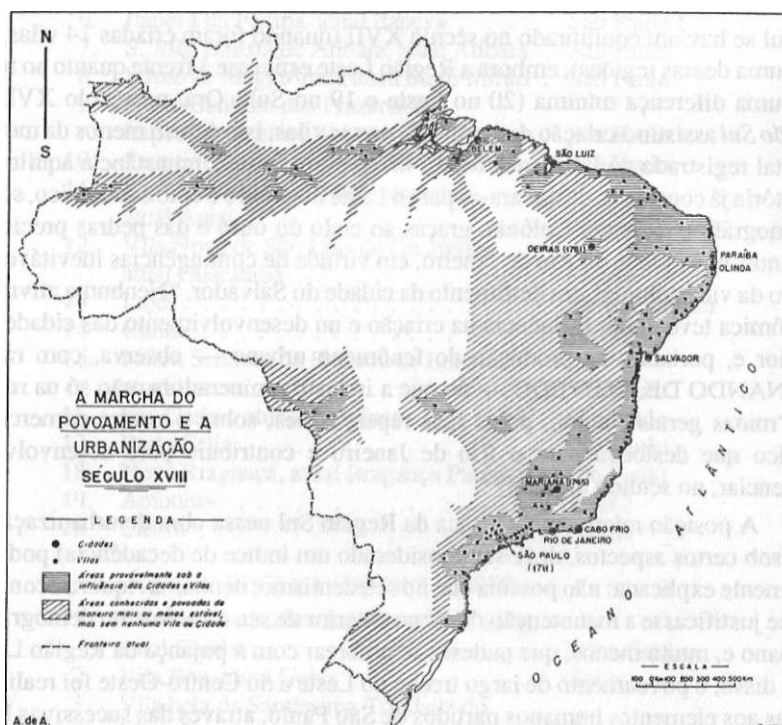
A posição relativamente fraca da Região Sul nessa obra de urbanização (o que, sob certos aspectos, deve ser considerado um índice de decadência) pode ser facilmente explicada: não possuía ela, no setecentismo, nenhuma riqueza econômica que justificasse a manutenção do ritmo anterior de seu crescimento demográfico e urbano e, muito menos, que pudesse se ombrear com a pujança da Região Leste; além disso, o povoamento de largo trecho do Leste e do Centro-Oeste foi realizado graças aos elementos humanos partidos de São Paulo, através das sucessivas levas que deixaram o planalto, a partir de fins do século XVII, em busca do ouro e das pedras. São Paulo setecentista enfraqueceu-se em benefício das novas áreas abertas ao povoamento, dando-lhes preciosa parcela de suas energias vitais — os homens moços e maduros do Bandeirismo; sua obra urbanizadora fez-se sentir não apenas dentro das fronteiras de seu atual território, mas no vasto âmbito da então Capitania, isto é, em Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina, onde 25

---

27 AZEVEDO (Fernando de), obra cit., pág.69.

novas vilas foram criadas no século XVIII.

Do total das vilas criadas no decorrer do setecentismo, somente o atual território da Bahia foi aquinhoadado com 27, o que equívale a quase 23% do total. Minas Gerais recebeu 14, São Paulo e o Ceará passaram a contar com 13, cada um, e o Pará e o Amazonas com 8, cada um. Em contraposição, choca-nos a fraquíssima urbanização de Pernambuco: uma só vila — a do Recife, no decurso de todo um século, fato realmente impressionante para o qual não conseguimos encontrar explicação satisfatória (mesmo levando em conta o caráter anti-urbano dos engenhos de açúcar), mormente se verificarmos o que se registrou no Ceará e, em escala menor, nos demais atuais Estados do Nordeste Oriental.



#### *Povoamento e urbanização do Brasil, no século XVIII*

Comparados com o século anterior, o povoamento e a urbanização apresentaram notáveis diferenças no setecentismo. Prosseguiu em ritmo acelerado a conquista da Amazônia e do Planalto Brasileiro, multiplicando-se as vilas através de ambas essas grandes regiões. A orla litorânea perdeu o privilégio de ser a principal área de urbanização do país.

## Os maiores Centros Urbanos do Século XVIII

Quando se procura verificar quais teriam sido os mais importantes centros urbanos do Brasil setecentista, torna-se indispensável fazer uma distinção preliminar: examinar separadamente as duas metades do século XVIII, tamanhas e tão profundas foram as alterações ocasionadas pelo ciclo da mineração.

Na primeira metade do século, a cidade do *Salvador* continuava a brilhar sem competidor; segundo ROCHA PITTA, que publicou a "História da América Portuguesa" em 1730, sua população seria de 28.000 hab., sendo ainda, incontestavelmente, a verdadeira metrópole do Brasil de então. De acordo com os dados do citado historiador coévo, seguir-se-lhe-iam: a cidade do *Rio de Janeiro*, com 10.000 hab.; a vila do *Recife*, com 7.000; a cidade de *Belém do Pura*, com 4.000; as cidades de *São Luiz* e de *Olinda*, como também a vila de *Santos*, todas com população entre 2.000 e 3.000 hab. São Paulo não aparece nesta relação; depauperada pelo êxodo de seus filhos, era aquela cidade "formosa, mas sem dote" a que se referiu GOMES FREIRE DE ANDRADE, pela mesma época.

Na segunda metade do setecentismo, a cidade do *Salvador* veio encontrar no *Rio de Janeiro* sua grande rival, não tendo podido evitar a "capitis diminutio" que significou a transferência da capital da Colônia, levada a efeito em 1763. Todavia, ao findar o século, talvez ainda a sobrepujasse, com cerca de 50.000 hab., ao passo que o *Rio de Janeiro* teria pouco mais de 40.000. Ao lado dessas duas cidades rivais — que eram, sem sombra de dúvida, as "cabeças" do Brasil setecentista —, outros aglomerados ocupavam posição de relativo destaque: *Vila Rica*, que teria chegado a abrigar 30.000 hab. no período áureo da mineração, embora estivesse a morrer lentamente, ao lindar o século; *Cuiabá*, *São Luiz do Maranhão* e *Belém do Pará*, todos com mais de 10.000 hab. A essa relação talvez pudéssemos acrescentar alguns outros centros urbanos: *Recife*, *Olinda*, *São João Del Rei*, *Mariana*, *São Paulo*, *Desterro*. A capital paulista continuava a ser, apenas, "formosa; mas sem dote"...<sup>28</sup>

De todos esses centros urbanos, no século que vimos focalizando, tomaremos dois exemplos bem diferentes, que nos parecem simbólicos, representando cada qual um tipo de evolução, uma estrutura orgânica e funções diversas, que acabaram por se refletir nos seus próprios destinos.

*Rio de Janeiro* simbolizava a cidade-porto, que crescera paulatinamente desde os dias longínquos de Men de Sá, no século XVI, quando não tinha mais de 150 habitantes brancos e se encarapitava no morro do Castelo. Conquistou, depois, pouco a pouco, a planície sedimentar circunvizinha e começou a expandir-se no

28 JOHN MAWE, viajante inglês que nos visitou por volta de 1810, apresenta os seguintes dados referentes à população dos principais centros urbanos: *Rio de Janeiro* — 100.000 hab.; *Salvador* — 70.000; *Cuibá* — 30.000; *São Luís* — 20.000; *Vila Rica* — 20.000; *São Paulo* — 15 a 20.000; *Belém* — 10.000; *São João del Rei* — 5.000 (cf. *Viagens ao interior do Brasil*, ed. Zélio Valverde, Rio, 1944).

rumo de oeste, exatamente onde podia encontrar espaços livres, por entre a morraria do Maciço Carioca. O século XVIII foi-lhe decisivo: viu erguer-se o Palácio dos Governadores e o belíssimo aqueduto que ainda hoje podemos admirar; multiplicaram-se os seus chafarizes, arrasou-se o morro das Mangueiras, aterraram-se as lagoas da Pavuna e do Boqueirão, abriram-se novas ruas e o Passeio Público foi entregue ao uso e gozo da população. A partir de junho de 1763, tornou-se a residência dos Vice-Reis e passou a ser capital brasileira. "No centro, onde as ruas continuavam ainda muito estreitas — o que não era de todo desaconselhável num clima tropical—já as construções se faziam melhores, mais sólidas, mais acabadas; e nos bairros, embora as casas traissem certo grau de rusticidade, muitas vezes com telhado de palha, amiudavam-se as chácaras e vivendas ajardinadas, onde se buscavam, pelo menos nos domingos e feriados, vida mais desafogada e ar mais livre"<sup>29</sup>. Ao lado das casas térreas (que eram as mais comuns), multiplicavam-se os sobrados de um e dois andares, com balcões de frente e água furtada. Por suas mas andavam as "traquitanas" (de duas rodas), as "seges" (4 rodas), "cadeirinhas", "serpentinhas" e "palanquins". Os fidalgos usavam o chapéu armado, a rabona de veludo e sapatos que ostentavam fivelas de ouro ou prata, ao mesmo tempo que exibiam diamantes e topázios no laço das jarreteiras<sup>30</sup>. As impressões dos poucos viajantes estrangeiros que visitaram o Rio de Janeiro, no século XVIII, de que TAUNAY nos deu uma súpula preciosa<sup>31</sup>, e a reconstituiu algo imaginosa feita por LUIS EDMUNDO<sup>32</sup> habilitam-nos a fazer uma idéia mais ou menos fiel do que seria a capital brasileira de então—cheia dos mais inesperados contrastes, principal centro político-administrativo e escoadouro das riquezas procedentes de Minas Gerais.

*Vila Rica* simbolizava, pela mesma época, outro tipo inteiramente diferente de aglomerado urbano. Situada em pleno Planalto Atlântico, nas terras altas de Minas Gerais, a uns 300 km do oceano (vencidos em longas e penosas jornadas), era uma jovem perante os 200 e tantos anos do Rio de Janeiro: não fora o resultado de uma fundação deliberada, como a cidade de Estácio de Sá; surgira espontaneamente, no limiar do próprio século XVIII, como resultado da aglutinação de arraiais de mineradores, enlouquecidos pela ânsia de extrair o ouro do cascalho fluvial. Dois desses arraiais acabaram por constituir as bases do aglomerado, transformado em vila no ano de 1711 — o de Ouro Preto e o de Antônio Dias, "naquele tempo separados por meia légua de mataria brava", rivais pelos que lhes deram origem e pelos que, mais tarde, passaram a viver neles. Gente de toda espécie, fidalgos e aventureiros do pior quilate, entulhavam a vila recém-criada, pequenina demais

29 CRULS (Gastão), *Aparência do Rio de Janeiro* (Notícia histórica e descritiva da cidade), vol. I, pág. 194, Liv. José Olímpio, Rio, 1949.

30 Cf. CRULS (Gastão); obra cit., p. 195, 199 e 200 do vol. I

31 TAUNAY (Afonso de E.), *Rio de Janeiro de antanho* (Impressões de viajantes estrangeiros), Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1942.

32 EDMUNDO (Luís), *O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis*, Imprensa Nacional, Rio, 1932.

para aquela população de adventícios; e o ouro corria a granel, nas mãos de habitantes livres, nas transações feitas pelos escravos, nas mãos de habitantes livres, nas transações feitas pelos escravos, nas jóias e na indumentária, nas imagens e no revestimento interno das igrejas. Foi somente na segunda metade do século XVIII que Vila Rica passou a apresentar o aspecto que ainda hoje oferece e que faz dela uma verdadeira relíquia nacional; ergueu-se o novo Palácio em pedra argamassada, construíram-se as principais pontes e chafarizes, como também algumas de suas mais famosas igrejas (do Carmo, de São Francisco de Assis, do Rosário). Mas todo esse frenesi teve pouca duração, porque não tardou chegasse a decadência da mineração; na boca dos insatisfeitos, ao tempo de Tiradentes, seu nome foi alterado paia o de Vila Pobre ... Em menos de 50 anos havia atingido a população que o Rio de Janeiro levava dois séculos para alcançar. Em compensação, em menos de 100 anos de existência passara do nada ao zênite e deste à decadência, que os anos posteriores só vieram acentuar; ao passo que o Rio de Janeiro prosseguiu lenta mas seguramente em sua marcha ascensional. Diferentes quanto à situação geográfica, no que diz respeito ao sítio urbano (Rio de Janeiro fixando-se na planície, a evitar os morros; Vila Rica a corcovar por sobre o atormentado relevo do local em que se plantou), como diferentes em sua evolução, em suas funções, em seus próprios destinos<sup>33</sup>.

## V NO CREPÚSCULO DO PERÍODO COLONIAL

### As Cidades da Primeira Vintena do Século XIX

Nos primeiros 22 anos do século XIX, que podemos considerar a derradeira etapa do período colonial, fez-se mais, no que concerne à urbanização, do que em todo o século XVII: duas novas cidades e 44 vilas novas surgiram no panorama urbano do Brasil. As duas novas cidades, que vieram totalizar o número de 12, situavam-se na Região Centro-Oeste e foram ambas elevadas a essa categoria no ano de 1818, época em que o nosso país já ostentava o título do Reino, unido e Portugal e aos Algarves:

1. *Cuiabá*, a antiga Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, que conseguira, por sua situação geográfica, ofuscar a própria capital da capitania de Mato Grosso — Vila Bela;

---

33 A respeito de Ouro Preto continua a ocupar uma posição ímpar: BANDEIRA (Manuel), *Guia de Ouro Preto*, ed. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio, 1938.

2. *Goiás*, a antiga Vila Boa, capital da capitania de Goiás, surgida como a anterior em consequência do Bandeirismo minerador, havia menos de um século.

Dessa maneira, ao encerrar-se o período colonial, assim se distribuía as nossas cidades, sob o ponto de vista regional:

	<i>Cidades</i>
Região Norte. . . . .	1
Região Nordeste. . . . .	4
Região leste. . . . .	4
Região Sul. . . . .	1
Região Centro-Oeste. . . . .	2

Por mais que procuremos encontrar uma explicação para essa repartição geográfica das cidades brasileiras, não o conseguimos dentro da evolução histórica e econômica ou da própria lógica. Afigura-se-nos profundamente injusta a posição do Sul — com seu povoamento antigo e suas quatro dezenas de vilas — colocado no mesmo pé de igualdade com a Região Norte — com sua população rarefeita e suas escassas 20 vilas, na maioria simples lugarejos. E a injustiça maior se torna se atentarmos para o caso do Centro-Oeste, um "deserto" humano como a Amazônia, mas possuidor de duas cidades. O capricho dos governantes ou, quem sabe, circunstâncias eventuais podem explicar a repartição geográfica dessas 12 cidades brasileiras.

Cumpramos assinalar que a vila de Porto Alegre foi elevada à categoria de cidade no ano de 1822, mas já sob o Império. Aliás, percebe-se que nossa emancipação política abriu excelente oportunidade para a ereção de novas cidades, dentro de uma compreensível política de fortalecimento da unidade nacional ou no desejo de sanar algumas injustiças. Basta lembrar que, no ano de 1823, passaram a essa categoria nada menos de 6 vilas, todas capitais de Províncias: Ouro Preto (a antiga Vila Rica), Recife, Natal, Desterro (atual Florianópolis), Fortaleza e São Cristóvão (então capital de Sergipe), modificando de algum modo aquela repartição geográfica, que passou a ser a seguinte (em 1823):

	<i>Cidades</i>
Região Norte. . . . .	1
Região Nordeste. . . . .	7
Região Leste. . . . .	6
Região Sul. . . . .	3
Região Centro-Oeste. . . . .	2

## Repartição Geográfica das Vilas em 1822

No que se refere às vilas, forma as seguintes as que passaram a existir na última etapa do período colonial:

DATAS	DENOMINAÇÕES (original e atual)	UNIDADE ATUAL
<b>REGIÃO NORDESTE</b>		
1801	1. São Bernardo das Russas, atual Russas	Ceará
1801	2. Vila Nova de São João da Anadia, . . .	Alagoas
1802	3. São João do Príncipe, atual Tauá . . . .	Ceará
1810	4. Flores do Pajeú, atual Flores . . . . .	Pernambuco
1811	5. Caxias das Aldeias Altas, atual Caxias .	Maranhão
1811	6. Cabo de Santo Agostinho, atual Cabo .	Pernambuco
1811	7. _____	Pernambuco
1811	8. Pau d'Alho, atual Paudalho . . . . .	Pernambuco
1811	9. Santo Antão, atual Vitória de Santo Antão	Pernambuco
1814	10. Santo Antônio do Jardim, atual Jardim .	Ceará
1815	11. _____	Alagoas
1815	12. Porto das Pedras, atual Porto de Pedras	Alagoas
1815	13. Vila Real do Brejo da Areia, atual Areia .	Paraíba
1816	14. São Vicente das Lavras,	Ceará
1817	15. _____	Pernambuco
1820	16. _____	Maranhão
1820	17. São Bernardo do Parnaíba,	Maranhão
<b>REGIÃO LESTE</b>		
1801	1. _____	Rio de Janeiro
1806	2. Vila Nova do Conde, atual Conde . . .	Bahia
1810	3. Vila Nova do Príncipe, atual Caetité . .	Bahia
1810	4. Pilão Arcado . . . . .	Bahia
1811	5. São João do Príncipe,	Rio de Janeiro
1811	6. Boipeba, atual Nilo Peçanha. . . . .	Bahia
1813	7. São João de Macaé, atual Macaé . . . .	Rio de Janeiro
1814	8. São Pedro do Cantagalo, atual Cantagalo	Rio de Janeiro
1814	9. Santa Maria de Maricá, atual Maricá . .	Rio de Janeiro
1814	10. São Carlos do Jacuí, atual Jacuí . . . .	Minas Gerais
1814	11. Sta.Maria de Baependi, atual Baependi .	Minas Gerais
1815	12. _____	Espírito Santo
1818	13. São Francisco Xavier do Itaguaí,	Rio de Janeiro
1819	14. Vila Real da Praia Grande, atual Niterói .	Rio de Janeiro

DATAS	DENOMINAÇÕES (original e atual)	UNIDADE ATUAL
1820	15. <u>Campo Largo, atual Cotegipe . . . . .</u>	Bahia
1820	16. _____	Rio de Janeiro
1820	17. <u>Patí do Alferes . . . . .</u>	Rio de Janeiro

## REGIÃO SUL

1806	1. <u>Vila Nova do Príncipe, atual Lapa . . . . .</u>	Paraná
1806	2. <u>Vila Bela da Princesa, atual Ilhabela . . . . .</u>	São Paulo
1808	3. _____	Rio Grande do Sul
1809	4. _____	Rio Grande do Sul
1812	5. _____	Rio Grande do Sul
1816	6. <u>São Miguel das Areias, atual Areias . . . . .</u>	São Paulo
1817	7. <u>São Luís da Leal Bragança, _____</u>	Rio Grande do Sul
1819	8. <u>São João da Cachoeira, _____</u>	Rio Grande do Sul

## REGIÃO CENTRO-OESTE:

1814	1. <u>São João da Palma, atual Paranã . . . . .</u>	Goiás
1820	2. <u>Nossa Senhora da Conceição do Alto Paraguai Diamantino, atual Diamantino . . . . .</u>	Mato Grosso

Bastante significativa, parece-nos, tal relação. Note-se, antes de tudo, a ausência da *Região Norte*, o que confirma o artificialismo (ou a malícia) da política urbanizadora registrada no século anterior, que elevou à categoria de vilas quase uma vintena de povoados insignificantes, que positivamente não mereciam receber tal honraria. Por outro lado, fere nossa atenção o absoluto equilíbrio entre o *Nordeste* e o *Leste*, ao contrário do que aconteceu no setecentismo, demonstrando a ocupação efetiva da área sertaneja da primeira dessas regiões; Pernambuco aparece, afinal, numa posição de destaque (com 6 novas vilas), da mesma maneira que, no Leste, o atual Estado do Rio de Janeiro viu-se aquinhoado com 9 vilas novas, patenteando sua importância demográfica e econômica, que o ciclo do café ainda mais acentuou nos anos que se seguiram. Minas Gerais, vindo a ter apenas 2 novas vilas, refletia o marasmo e a decadência econômica em que mergulhara após o fastígio da mineração. Na *Região Sul*, São Paulo não apresentava nenhum destaque (2 vilas novas), ao passo que o Rio Grande do Sul assistiu a uma verdadeira floração urbana, pois passou a contar com 5 novas vilas, quando no século anterior possuía apenas uma. Já o Centro-Oeste, com sua população rarefeita e economicamente decadente, em virtude do rápido esgotamento da riqueza aurífera, somente viu acrescentarem-se-lhe duas novas vilas — uma em Goiás, outra em Mato Grosso.



No instante em que o Brasil passava a figurar entre as nações livres, com a instalação do Império, existiam no país 213 vilas, que assim se repartiam:

	<i>Vilas</i>
Região Norte. . . . .	20
Região Nordeste. . . . .	54
Região Leste. . . . .	85
Região Sul. . . . .	47
Região Centro-Oeste. . . . .	7

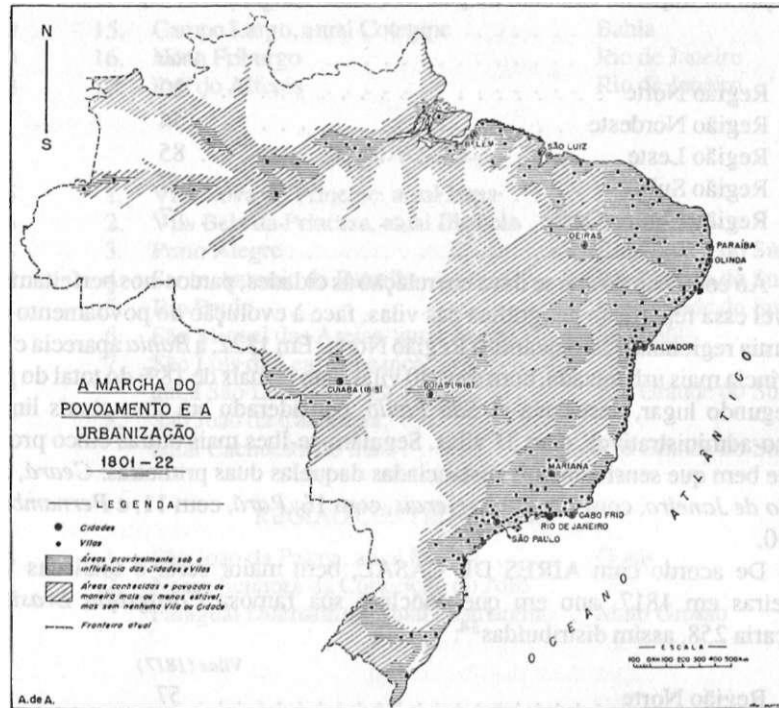
Ao contrário do que se dava em relação às cidades, parece-nos perfeitamente razoável essa repartição geográfica das vilas, face à evolução do povoamento e da economia regionais, salvo quanto à Região Norte. Em 1822, a *Bahia* aparecia como a província mais urbanizada, com suas 40 vilas, isto é, mais de 18% do total do país. Em segundo lugar, destacava-se *São Paulo*, considerado em seus atuais limites político-administrativos, com 31 vilas. Seguiam-se-lhes mais outras cinco províncias, se bem que sensivelmente distanciadas daquelas duas primeiras: *Ceará*, com 18; *Rio de Janeiro*, com 17; *Minas Gerais*, com 16; *Pará*, com 11; e *Pernambuco*, com 10.

De acordo com AIRES DE CASAL, bem maior seria o total das vilas brasileiras em 1817, ano em que concluiu sua famosa *Corografia Brasílica*; alcançaria 258, assim distribuídas<sup>34</sup>:

	<i>Vilas (1817)</i>
Região Norte. . . . .	57
Região Nordeste. . . . .	68
Região Leste. . . . .	87
Região Sul. . . . .	42
Região Centro-Oeste. . . . .	4

Acreditamos, porém, que o chamado "pai da Geografia brasileira" haja usado de maneira indevida, por diversas vezes, o termo "vila", ao designar inúmeros povoados, sobretudo quando estudou a região amazônica. Daí a discordância entre as suas cifras e as nossas, resultantes estas últimas de demorada e cansativa coleta em fontes autorizadas e as mais diferentes.

34 Cf. CASAL (Padre Manuel Aires de), *Corografia Brasílica ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil* (1817), ed. Cultura, São Paulo, 1943.



*Povoamento e urbanização do Brasil ao proclamar-se a independência*

Quando o Brasil se tornou Império, em 1822, apenas 12 eram os aglomerados urbanos que ostentavam o título de *cidades*: Belém, São Luís, Oeiras, Paraíba (atual João Pessoa), Olinda, Salvador, Mariana, Cabo Frio, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás e Cuiabá.

### Os maiores Centros urbanos quando o Brasil se tornou Império

Se procurarmos reunir os dados esparsos referentes à população e os informes dos viajantes que visitaram o Brasil nas duas primeiras décadas do século XIX, estaremos habilitados a ter uma idéia de quais seriam os mais importantes centros urbanos de nosso país no momento em que se transformou em Império.

Não resta duvida que os dados numéricos fornecidos pelos viajantes se contrariam quase sempre, embora houvessem eles percorrido o Brasil na mesma época ou com uma pequena diferença de tempo. Basta que citeamos uns poucos exemplos:

Viajantes	Salvador	Rio de Janeiro	São Luís	Vila Rica
J. Mawe(1810)	70.000	100.000	20.000	20.000
H. Koster(1816)	—	—	12.000	—
Spix e Martins (1820)	150.000	110.000	30.000	8.500
J. Luccock(1818)	—	60.000	—	20.000
E. Pohl(1821)	—	82.000	—	—

Todavia, se tentarmos obter um meio-termo dentro do antagonismo dos dados, poderemos chegar a certas conclusões que, supomos, aproximar-se-ão da realidade.

*Rio de Janeiro e Salvador* continuavam a ser, sem nenhuma dúvida, as duas mais populosas e importantes cidades brasileiras girando sua população em torno de 100.000 hab. No entanto, ao passo que a antiga capital como que estagnara, o Rio de Janeiro continuava a progredir e a expandir-se, usufruindo das excepcionais vantagens recebidas desde a chegada da família real portuguesa, em 1808.

Em seguida, é provável que viesse o grupo que poderemos classificar como aglomerados médios, com uma população entre 30.000 e 10.000 hab.: seria o caso de algumas cidades — como *Cuiabá, São Paulo, São Luís, Belém e Oeiras*, e de algumas vilas — como *Recife, Vila Rica e Porto Alegre*.

Fora dessas, com população inferior a 10.000 hab. e superior a 5.000, talvez aparecessem: a vila de *Cachoeira*, na Bahia; a cidade de *Mariana*, as vilas de *São João Del Rei e Sabará* e a povoação de *Santo Antônio do Tijuco* (atual Diamantina), todas em Minas Gerais; a gloriosa cidade de *Olinda*, em Pernambuco.

Salvo Rio de Janeiro e Salvador, tais centros urbanos não mereciam realmente a classificação como *cidades*, no sentido rigoroso e moderno da palavra; eram simples vilas, quando muito *vilas grandes* pitorescas, e espreguiçando-se, na periferia, nos seus ranchos e caminhos de tropas, nas suas chácaras e sítios que marcam a transição entre a paisagem urbana e a solidão envolvente dos campos,

das chapadas ou das serras. A vida urbana, sonolenta e obscura, chocada no funcionalismo burocrático e parasitário e num comércio "desconfiado e ratinhão", arrasta-se na monotonia das ruas e das estradas, cujo silêncio é apenas quebrado de longe em longe pelo chiar de carros de bois, pelo tropel de cavalos e burros de carga e pelas cantigas de africanos e de tropeiros. É toda primitiva, na sua simplicidade rústica, a vida dessas cidades: negras lavando roupas nas bicas do centro, mueres de cangalhas, junto às lojas, e animais soltos pelas ruas, tortuosas e estreitas"...<sup>35</sup>

Para uma simples comparação, parece-nos interessante alinhar a provável população de algumas cidades do Mundo na década de 1820-30<sup>36</sup>:

Londres. . . . .	1.400.000
Paris. . . . .	800.000
Viena. . . . .	300.000
Moscou. . . . .	250.000
Lisboa. . . . .	245.000
Berlim. . . . .	240.000
Nova York. . . . .	200.000
Filadélfia. . . . .	160.000
Roma. . . . .	150.000
Porto. . . . .	65.000
Buenos Aires. . . . .	60.000

Seria esse o panorama urbano do Brasil no momento em que se libertou do domínio português: 12 cidades e 213 vilas, fortemente concentrada na Região Leste, onde indubitavelmente se situava o "coração" do país, num amplo triângulo isósceles, cujo vértices poderiam ser representados por Salvador, Rio de Janeiro e Vila Rica.

---

35 AZEVEDO (Fernando de), obra cit, pág. 72.

36 Cf. URUCULLU (D. José de), *Tratado Elementar de Geografia Astronômica, Física, Histórica ou Política, Antiga e Moderna*, 3 vols., Tip. Comercial Portuense, Porto, 1837-41.

estrangeiro. Escrevendo em 1576, informava GANDAVO que os Donatários "edificaram suas povoações, ao longo da costa nos lugares mais convenientes e acomodados que lhes pareceo para a vivenda dos moradores", e esclarecia que todas elas, naquela segunda metade do quinhentismo, eram "já muy povoadas de gente, e nas partes mais importantes guarnecidas de muita e muy groça artilharia que as defende e as segura dos inimigos assi da parte do mar como da terra"<sup>37</sup>.

Daí o aparecimento de verdadeiras *ciudades em acrópole*, como Rio de Janeiro, Salvador ou a própria vila de São Paulo. Sob este aspecto, o Rio de Janeiro quinhentista talvez possa ser considerado o melhor exemplo, pois se limitava praticamente ao morro de São Januário ou do Castelo, baluarte natural que se erguia bem próximo ao mar e estava circundado por terrenos alagadiços, lagoas e manguezais. Por sua vez, a vila de São Paulo permaneceu por longos anos enclausurada num esporão alongado, pequena colina cujo extremo cai abruptamente por sobre a várzea inundável do Tamanduateí (o atual Parque Dom Pedro II) e cuja vertente meridional, também escarpada, achava-se voltada para o vale do Anhangabaú, local privilegiado sob o ponto de vista defensivo, cujo valor foi bem demonstrado por ocasião do ataque dos Tamoios, em meados dos século XVI. Tanto para um como para outro dos exemplos citados aplicam-se, inteiramente, estas palavras de CHABOT:

"Les hommes étaient un ennemi aussi redoutable que les eaux. La butte, qui préservait des marécages et de l'inondation, était en même temps un lieu de défense, facile a fortifier"<sup>38</sup>.

Aquela mesma necessidade de defesa explica, por outro lado, o aparecimento de *núcleos urbanos fortificados*, algo que nos leva em pensamento às cidades-fortalezas da Europa medieval ou, quem sabe, aos velhos "castros" ou "citânias" da primitiva Lusitânia. Todavia, o que se conheceu no Brasil quinhentista não passava de rústicas e modestíssimas defesas, que espelhavam o meio em que foram construídas, simples paliçadas ou frágeis muros de taipa, cujo valor talvez fosse mais psicológico do que real, por detrás dos quais podiam se abrigar a população civil e os seus defensores, sempre que algum perigo os ameaçava. Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, no século XVI, e São Luís do Maranhão, no século XVII, conheceram tais sistemas de defesa, que figuram em plantas coévas.

Além disso, em face das constantes ameaças que pesavam sobre a América portuguesa, viu-se obrigada a metrópole a estabelecer uma verdadeira *rede de fortificações*, que deram nascimento a inúmeros aglomerados urbanos ou constituíam uma garantia para sua sobrevivência. O Mo se registrou ao longo de toda a imensa fachada atlântica, bastando criar alguns exemplos: Rio Grande, Bertioga,

37 GANDAVO (Pero de Magalhães), *História da Província de Santa Cruz*, pág. 69, Comp. Melhoramentos, São Paulo, 1922.

38 CHABOT (Georges), *Les Villes*, pág. 100.

Rio de Janeiro, Salvador, São Cristóvão, Recife, Paraíba (João Pessoa), Cabedelo, Natal, Fortaleza, São Luís. Estendeu-se à Amazônia, onde Belém foi fundada à sombra do Forte do Presépio e, em cujo interior, mais tarde, multiplicaram-se os lugares fortificados às margens do grande rio e de alguns de seus maiores afluentes, como Santarém, Óbidos e Manaus. E atingiu as próprias lindes da colônia, quer em áreas de simples fronteiras "esboçadas", como as norte-ocidentais (com os fortes de Marabitanas, São Gabriel, Tabatinga, Príncipe da Beira, Vila Bela), quer em áreas de fronteiras "vivas" ou de "tensão", como as da Bacia do Prata, em terras matogrossenses (Albuquerque, atual Corumbá) e em terras sul-riograndeses (Acampamento de Santa Maria, hoje Santa Maria).

### O Papel dos Cursos d'água e das vias Terrestres

À proporção que se processava o avanço do povoamento para o interior, na conquista do Planalto Brasileiro, outra preocupação tornou-se patente na escolha dos sítios urbanos: a presença da *água* e a facilidade de *comunicações*, isto é, dois elementos vitais para a existência e a sobrevivência dos aglomerados.

No Brasil colonial, raro era o núcleo urbano que não se achava associado a um curso d'água, grande, médio ou pequeno. E muitas foram as causas dessa preferência: o fornecimento de água para o uso doméstico, a facilidade de obtenção de alimento através da pesca, as vantagens oferecidas no que se refere aos contatos regionais e, no caso específico das áreas de mineração, a presença de ouro e de pedras preciosas no cascalho dos leitos fluviais. Tudo isso não significa, porém, que hajam sido muito numerosos os verdadeiros *aglomerados fluviais*, isto é, aqueles que têm sua vida presidida pelos rios a que se acham ligados; os mais típicos exemplos só aparecem na Amazônia, no vale do São Francisco e na bacia do Alto Paraguai, onde vieram a surgir às margens dos cursos d'água, como se fossem as contas de um rosário.

Para um país tão extenso, como o nosso, com uma população tão rarefeita, desde logo se tomou vital o problema da *facilidade das comunicações*; daí a localização de aglomerados urbanos nas vias naturais de passagem e ao longo dos precários caminhos da era colonial, que as tropas de burros, em penosas e longas caminhadas, sabiam bem aproveitar. Por isso mesmo, os caminhos coloniais constituíram a espinha dorsal da rede urbana, quer se dirigissem do litoral para os sertões do Nordeste ou para a Chapada Diamantina, quer procurassem atingir as áreas mineradoras de Minas Gerais, Goiás ou Mato Grosso, quer demandassem as regiões meridionais. Foram os *pousos de viajantes*, em conseqüência, o tipo mais comum de embriões de cidades em largo período de nossa vida colonial e, até mesmo, ao tempo do Império, o que lhes valeu o lugar de destaque que ocupam no relato da maioria dos viajantes estrangeiros do século XIX.

## Os Aglomerados Coloniais e seu Plano Urbano

Ainda está para ser feito um estudo analítico e circunstanciado da estrutura de nossas cidades coloniais e, de maneira particular, as características de seu *plano*.

Tudo parece indicar que os aglomerados "criados", que resultaram de um propósito deliberado das autoridades coloniais obedeciam, em suas origens, a um plano regular e geométrico, se bem que adaptado às características topográficas. Sem demora, porém, deixava-se de lado essa preocupação urbanística e a expansão passava a se realizar de maneira espontânea, sem obedecer a nenhuma diretriz, daí resultando a irregularidade no traçado das ruas, tortuosas quase sempre. O caso da cidade do Salvador parece-nos bem expressivo, pois uma planta datada do século XVIII (e que ROBERTO SIMONSEN incluiu em sua "História Econômica do Brasil", tomo II) mostra claramente que o centro primitivo, na "Cidade Alta", era regular e as ruas cortavam-se em ângulo reto, constituindo um verdadeiro tabuleiro de xadrez, bem ao contrário do que se passava no resto da cidade. Por outro lado, referindo-se ao Recife holandês, à Cidade Maurícia, observa JOSUÉ DE CASTRO: "O que, desde logo, chama atenção no plano é a sua precisão geométrica. De forma retangular, como o plano de Batávia, ele é igualmente cortado em quase toda a sua extensão por um largo canal, que, partindo das proximidades do Forte Frederico Henrique, alcança na ilha um ponto correspondente à atual igreja do Rosário"<sup>39</sup>; e acrescenta mais além que as linhas de orientação das pontes marcavam a direção da expansão da cidade "e, quando depois, com a expulsão dos holandeses, o plano nassoviano foi abandonado e voltou-se ao desarranjo e ao à vontade de crescimento à portuguesa, ficou sempre uma diretriz nesse crescimento, do qual resultou ser o Recife ainda hoje uma cidade de disposição radioconcêntrica, como a planejaram tornar no futuro os grandes urbanistas dos Países Baixos"<sup>40</sup>.

Todavia, o mesmo já não podemos observar em relação à cidade do Rio de Janeiro, mesmo se levarmos em consideração apenas o trecho desenvolvido na planície, ao pé do morro do Castelo; os quarteirões eram desiguais e as nem sempre retas. Naturalmente, no que tange aos aglomerados "espontâneos" ou "naturais", a irregularidade do plano e o traçado tortuoso das ruas constituíam a regra geral, gerando estruturas inorgânicas como as do núcleo primitivo da cidade de São Paulo.

Visitando o nosso país por volta de 1850, TOMÁS DAVATZ escreveu que "as cidades brasileiras, conforme pude apreciar, obedecem no traçado das ruas e praças a um plano regular"<sup>41</sup>. Acreditamos que o arguto colono suíço da Fazenda Ibicaba generalizou uma observação isolada ou um caso esporádico, pois suas afirmativa contraria a realidade dos fatos, mesmo se admitirmos que tivesse em

39 CASTRO (Josué de), *A cidade do Recife*, pág. 123.

40 CASTRO (Josué de), obra cit., pág. 127.

41 DAVATZ (Tomás), *Memórias de um colono no Brasil*, pág. 56, tradução brasileira de Sérgio Buarque de Holanda, Liv. Martins, São Paulo, 1941.

mente algum aglomerado de fundação moderna, cujas origens não remontassem ao período colonial.

Coube a SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA demonstrar, de maneira muito exata, as diferenças existentes, no que se refere ao plano, entre os centros urbanos da América Espanhola e os da América Portuguesa. Nos primeiros, em que um zelo minucioso e previdente presidiu seus passos iniciais, o traçado das ruas denunciava "o esforço determinado de vencer e retificar a fantasia caprichosa da paisagem agreste", apresentando-se como "um ato definido da vontade humana". Tendo por base a chamada Praça Maior, quadrilátero cuja largura deveria corresponder pelo menos a dois terços do comprimento, estendia-se de maneira rigorosamente geométrica o traçado das ruas: as quatro principais saíam do centro de cada face da praça, ao mesmo tempo que, de cada ângulo, partiam outras ruas, chegando-se mesmo ao capricho de determinar que os quatro ângulos deveriam corresponder aos pontos cardinais<sup>42</sup>. Desse tipo eram sido as "reduções" jesuítas dos famosos Sete Povos das Missões, construídas no século XVII em terras do atual Rio Grande do Sul<sup>43</sup>; cada uma delas — escreveu AIRES DE CASAL — "era uma considerável ou grande vila, e todas por um mesmo risco com ruas direitas e encruzadas em ângulos retos", "de sorte que, vendo-se uma, se forma idéia verdadeira das outras"<sup>44</sup>.

Nada disso teria ocorrido na América portuguesa ou, se nesse sentido existiu alguma legislação, tudo parece indicar que não foi obedecida, não passando de letra morta. Em meados do século XVI, ao visitar São Vicente e Santos, observou TOMÉ DE SOUSA que estavam "as casas de tal maneira espalhadas que se não podem cercar senão com muito trabalho e perda dos moradores, porque tem casas de pedra e cal e grandes quintais e tudo feito em desordem"... Essa mesma desordem foi notada na própria capital da Colônia, em princípios do século XVIII, por um viajante: as casas da cidade do Salvador achavam-se dispostas segundo o capricho dos moradores, sendo tudo ali de tal modo irregular que a praça principal, onde se erguia o palácio do Governador, parecia estar no local por mero acaso<sup>45</sup>.

Depois de acentuar que "o traçado geométrico jamais pode alcançar, entre nós, a importância que veio a ter em terras da coroa de Castela", conclui o eminente historiador seu interessantíssimo paralelo com estas palavras:

"A cidade que os portugueses construíram na América não é o produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma providência, sempre esse significativa abandono que exprime a palavra desleixo"...<sup>46</sup>.

42 HOLANDA (Sérgio Buarque de), *Raízes do Brasil*, cap. IV, págs. 130-133, 2ª ed., Liv. José Olímpio, Rio, 1948.

43 Cf. SEPP (Padre Antônio), S.J., *Viagem às Missões Jesuítas e Trabalhos Apostólicos*, tradução brasileira de A. Reymundo Schneider, Liv. Martins, São Paulo, 1943.

44 CASAL (Aires de), obra cit., tomo I, pág. 108.

45 Cf. HOLANDA (Sérgio Buarque de), obra cit., pág. 155

46 HOLANDA (Sérgio Buarque de), obra cit., pág. 157.



### As Funções Urbanas dos Aglomerados Coloniais

Como acontece ainda hoje quando apanhamos um exemplo isolado de centro urbano do Brasil, assistimos, no período colonial, à mutação de sua principal função através do tempo. É o aldeamento de índios, núcleo de catequese, que se transforma num lugar fortificado e, depois, num pequeno centro de trocas em espécie e de comércio—caso tão freqüente na Amazônia. É o arraial de Bandeirantes, que chega a viver dias de agitação e de efêmera riqueza, no borborinho de uma população heterogênea flutuante, para, poucos anos mais tarde, mergulhar em melancólico marasmo, sobrevivendo não se sabe bem porque motivo ou desaparecendo quase sem deixar vestígios — como aconteceu, tantas vezes, nas áreas da mineração. É o pouso de tropeiros ou de simples viajantes, etapas obrigatórias dos que percorriam os caminhos coloniais, transformados depois em pequenos centros agrícolas e comerciais — de que existem exemplos tão expressivos, sobretudo na porção centro-meridional do país. É o posto militar ou o simples acampamento de tropas, que passa a ter um caráter civil e estável, vindo a tomar-se vila e, depois, cidade — como se verificou tantas vezes em Mato Grosso ou no Rio Grande do Sul.

Entretanto, se quisermos nos limitar aos casos gerais, sem levar em consideração tais minudências (que mais interessam ao estudo da *evolução* dos centros urbanos do que, propriamente, às suas funções), poderemos afirmar que não foram muito numerosas as funções urbanas, no decorrer dos séculos coloniais.

A função *político-administrativa*, a exemplo do que ainda atualmente acontece, representou quase sempre um papel de destaque na vida, no grau de importância e no destino dos aglomerados urbanos. A cidade do Salvador reinou, sem competidor, no panorama urbano do Brasil colonial, antes de tudo por ser a capital da Colônia; no momento em que perdeu tal posição, teve início a rápida e ininterrupta ascensão do Rio de Janeiro, que acabou por sobrepujá-la. Mas a regra teve muitas exceções, numa demonstração de que não era suficiente gozar dessa regalia para que se mantivessem intatos o prestígio e a importância dos centros urbanos. Basta que lembremos o exemplo da vila de São Paulo ofuscando a veneranda São Vicente, a louta entre Olinda e Recife, a rivalidade entre Alcântara e São Luís, a própria decadência de Vila Rica cessado o fastígio da mineração, apesar de continuar como sede do governo.

Duas outras funções tiveram, no conjunto das vilas e cidades coloniais, importância bem maior: a *função comercial* e a *função religiosa*. Na verdade, os aglomerados urbanos eram, antes de tudo, o lugar onde se faziam as compras indispensáveis ao bem-estar dos habitantes e onde se realizavam os negócios, como também o ponto de concentração da vida religiosa.

Era neles que se encontravam os produtos que vinham da Europa e para eles levavam os agricultores e criadores os produtos de seus sítios e fazendas. Daí o movimento de suas "vendas" e de suas modestas lojas, a realização de feiras

semanais, a presença de mas tipicamente comerciais (como aquela "Rua das Casinhas", da capital paulista, que tanta impressão parece haver deixado no espírito de SAINT-HILAIRE).

Todavia, afora esse atrativo, era a presença da Igreja a grande força catalisadora, a cuja influência ninguém ousava resistir. Principal fator de coesão para os aglomerados nascentes, jamais cessou de constituir um motivo para a presença obrigatória não apenas da população urbana, mas também da gente da zona rural circunvizinha, que não titubeava em fazer sacrifícios para assistir às missas dominicais e não se furtava ao prazer de tomar parte nas festividades do calendário católico, oportunidades ansiosamente esperadas numa época de vida social tão restrita.

Por isso mesmo, talvez possamos generalizar para todo o país aquele conceito tão exato de JOÃO CAMILO DE OLIVEIRA TORRES, referente aos arraiais mineiros: nas vilas e cidades coloniais, dois lugares havia de suma importância para a população — "a igreja que era de todos e a venda que era para todos"<sup>47</sup>.

No mais, só nos cabe lembrar a existência de outras funções urbanas bem menos importantes que as citadas. Em primeiro lugar, uma incipiente *função industrial*, de proporções modestíssimas e de caráter rigorosamente doméstico, sobretudo depois daquele lamentável alvará de 5 de janeiro de 1785, que, sob o pretexto de dar maior impulso à agricultura e evitar a falta de braços nas atividades da mineração, pôs um ponto final às veleidades de nossa pequena e nascente indústria, ao determinar "que todas as Fábricas, Manufaturadas, ou Teares de Galões, de Tecidos, ou de Bordados de Ouro e Prata; de Veludos, Brilhantes, Setins, Tafetás, ou de outra qualquer qualidade de Seda; de Beltudes, Chitas, Bombazinas, Fustões, ou de outra qualquer qualidade de Fazendas de Algodão, ou de Linho, branca ou de cores; e de Panos, Baetas, Droguetes, Saetas, ou de outra qualquer qualidade de Tecidos de Lã, ou os ditos Tecidos sejam fabricados de um só dos referidos Gêneros, ou misturados, e tecidos uns com os outros"... "sejam extintas e abolidas em qualquer parte onde se acharem nos Meus Domínios do Brasil, debaixo de pena do perdimento, em tresdobro, do valor de cada uma das ditas manufaturas, ou Teares, e das Fazendas, que nelas, ou neles houver". Portugal, representado pela Rainha Dona Maria I, curvara-se, submisso, ante à indústria de tecidos da Inglaterra... Por isso mesmo, nossos centros urbanos não possuíam mais do que olarias, selarias, ourivesarias e, já no século XIX, pequenas forjas do tipo catalão; dessas modestas indústrias, algumas se concentravam em certas ruas das cidades e vilas, emprestando-lhes a denominação (Rua dos Ourives, Rua dos Latoeiros, etc).

---

47 TORRES (João Camilo de Oliveira), *O Homem e a Montanha* (Introdução ao estudo das influências da situação geográfica para a formação do espírito mineiro), pág. 55. Liv. Cultura Brasileira, Belo Horizonte, 1944.

As funções de caráter econômico da cidade do Rio de Janeiro no último quartel do século XVIII, ao tempo do Vice-Rei D. Luís de Vasconcelos, podem ser bem caracterizadas através dos seguintes dados numéricos<sup>48</sup>:

<i>Estabelecimentos</i>	
Lojas de fazenda . . . . .	140
Casas de comissários. . . . .	98
Ferragens. . . . .	19
Louças finas. . . . .	14
Vidros. . . . .	10
Livrarias. . . . .	4
Sapatarias. . . . .	128
Alfaiatarias. . . . .	89
Barbearia s. . . . .	48
Cabelereiros. . . . .	29
Bóticas. . . . .	25
Botequins. . . . .	21
Tabernas. . . . .	196
Padarias. . . . .	14
Açougues. . . . .	13
Casas de pasto. . . . .	14
Barracas de quitandeiras .. . . .	181
Comerciantes de escravos. . . . .	34
Oficinas de relojoeiros. . . . .	5
Fábricas de Violas. . . . .	5
Casas de alugar seges. . . . .	6
Casas de alugar carros. . . . .	9
Lojas de guarda-chuvas. . . . .	10
Ouriversarias. . . . .	68
Bancas de peixe. . . . .	124
Tendas de ferreiro. . . . .	21
Estanques de azeite de baleia. . . . .	2

Por outro lado, não seria possível deixar no esquecimento uma também incipiente *função cultural*, representada pelos colégios religiosos e, sobretudo a partir do setecentismo e exclusivamente nos centros urbanos de maior importância (como Salvador, Rio de Janeiro, Vila Rica), por aquelas famosas "academias literárias", cuja existência pode ser considerada um dos sinais da maturidade alcançada pelo Brasil colonial.

48 C. BARRETO FILHO (Melo) e LIMA (Hermeto), *História da Polícia do Rio de Janeiro (1565-1831)*, pág. 127, ed. "A Noite", Rio, 1939.

## A Nomenclatura dos Aglomerados Coloniais

A poderosa influência da Igreja Católica, tão fortemente radicada em Portugal, não se fez sentir apenas no setor do culto e do ensino, durante o período colonial. Refletiu-se marcadamente na própria nomenclatura de nossas vilas e cidades, conforme se depreende da simples leitura das relações que atrás figuram; e deu margem, em pleno Império, àquela crítica mordaz mas suspeita de DANIEL P. KIDDER, missionário protestante, ao declarar-se inconformado com o sistema, "imposto pelo clericalismo", de utilizar-se o *nome de santos* para designar "províncias, cidades, vilas, fazendas, fortalezas, baterias, teatros, ruas, etc", não sendo, por isso, de admirar-se "que Roma tenha feito tão longa lista de canonizados" ... ' ' .

Sem pretender fazer estatísticas, tudo parece indicar ter sido o nome da *Virgem Maria, Nossa Senhora*, o que maior número de vezes se repetiu durante a época colonial. Dentre os santos, a predominância parece caber a *São José*, a *Santo Antônio* e a *São João* — tão enraizados na alma religiosa dos portugueses -, seguindo-se-lhes: São Jorge, São Vicente, São Paulo, São Cristóvão, São Luís, São Francisco, Santo Amaro, Sant'Ana, São Sebastião, São Pedro, São Carlos, São Bernardo, Santo Antônio, São Miguel — tradicionais figuras do velho hagiológico cristão ou santos de canonização mais recente, testemunhando velhas influências religiosas ou a ação dos missionários. A figura de *Jesus Cristo* aparece sob a forma de Salvador, São Salvador, ou Senhor Bom Jesus, ou ainda através de Seu sacrifício, com invocações à Santa Cruz, e de Sua natividade, sob a forma de Natal e Belém. Resta-nos lembrar a homenagem aos *Santos* em geral (Santos, Todos os Santos), à *Santíssima Trindade*, ao *Espírito Santo*, aos *Reis Magos*. Em conclusão: para um total de 225 aglomerados urbanos, entre vilas e cidades, nada menos de 95 (isto é, 43%) apresentavam caráter religioso em sua denominação.

Bastante numerosos foram os *nomes indígenas*, particularmente de origem Tupi, utilizados na nomenclatura urbana. Mas uma referência especial merece a transplantação de *topônimos portugueses*, afora os de caráter religioso. Observa-se que o fato se registrou mais em certas regiões do que em outras, sendo particularmente notável no que se refere à Amazônia, como o resultado de verdadeira política de lusitanização da nomenclatura urbana, através do repúdio aos nomes indígenas, levada a efeito sobretudo no reinado de D. José I. Se ao total das vilas acrescentarmos o das povoações, a relação dos aglomerados amazônicos chega a dar a impressão de que Portugal viu-se transferido para a América: Vila Viçosa, Bragança, Ourem, Santarém, Barcelos, Óbidos, Monte Alegre, Alenquer, Faro, Chaves, Olivença, Ega, Almeirim, Alter do Chão, Esposende, Arraiolos, Portei, Melgaço, Colares, Viveiros, Sousel, Pombal, Porto de Moz, Vigia, Tomar...

49 KIDDER (Daniel P.), *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil*, vol. T, pág. 219, Liv. Martins, São Paulo, 1940.

Além disso, particularmente no século XVIII, surgiram com muita frequência as *Vilas Novas* e as referências a figuras da monarquia lusa — *Vilas Novas* e as referências a figuras da monarquia lusa — *Vila Real, Vila del Rei, Vila da Rainha, Vila do Príncipe, Vila do Infante, Vila da Princesa*; a primeira cidade que teve Minas Gerais—Mariana, foi assim chamada em homenagem à Rainha Dona Maria Ana d'Áustria, esposa do Rei Dom João V.

## VII

### O ANTI-URBANISMO DO BRASIL COLONIAL

#### A Sociologia e a História a Serviço da Geografia Urbana

Em suas "Instituições Políticas Brasileiras", OLIVEIRA VIANA acentua que os centros urbanos do Brasil colonial resultaram da ação urbanizadora das autoridades coloniais e não foram criações espontâneas da massa popular. "Fundar povoações e, depois, erigi-las em vilas era um título de benemerência dos governadores coloniais, um serviço prestado ao Rei" — tarefa em que sobremaneira se destacaram o Conde dos Arcos, em cujo quinquênio (1755-60) foram criadas 29 novas vilas, o Vice-Rei Conde de Resende (1790-1801), criador de 18 vilas, ou, num âmbito mais restrito, aquele afamado Governador da Capitania de São Paulo — o Morgado de Mateus, que se orgulhava das numerosas povoações e vilas de que fora o criador. O objetivo desses governantes coloniais consistia em reunir os moradores dispersos nas extensas glebas de terra, o que nem sempre era conseguido sem a prática de violências; por isso mesmo, quando o fundador se retirava do lugar, muitos dos novos moradores desertavam para a zona rural e voltavam a labutar em suas fazendas e nos seus sítios.

"Este absentismo urbano estava na lógica de nossa formação social", porque "tudo, na nossa sociedade colonial, nos educava e impelia para este anti-urbanismo, para este centrifugismo à aglomeração comunal", bem ao contrário daquilo que se verificava na metrópole.

Segundo a opinião de eminente sociólogo, somente a mineração teria contribuído de maneira efetiva para a concentração urbana (de que os "arraiais" do Bandeirismo constituíram a melhor prova), isto porque, nas regiões auríferas, as "datas" de terras eram pequeníssimas, verdadeiros minifúndios. O próprio sistema de povoamento e as atividades econômicas mais típicas, fora da área mineradora, contribuíram para essa tendência anti-urbanizante: eram as "sesmarias" e as fazendas de gado, que estimulavam a dispersão demográfica; eram os engenhos de açúcar, responsáveis por uma forma diferente de concentração (que girava em torno das "casas-grandes"), mas que só excepcionalmente evoluíam para o povoado, a vila e a cidade.

Em consequência disso tudo, surgiu o "homo coloniais", que OLIVEIRA VIANA procurou assim caracterizar: amante da solidão e do deserto, rústico e anti-urbano, fragueiro e dendrófilo, que evitava a cidade e amava o campo e a floresta — homem de que a expressão mais acabada e representativa teria sido o paulista do Bandeirismo. Daí o "complexo do sertão", que o dominava, o gosto pelo insulamento, "apesar de todos os amavios da vida urbana civilizada". "Certo, — esclarece o douto sociólogo — os paulistas primitivos residiam numa vila; mas não se lhes pode dar, com rigor científico, o título de *urbanos*. Eram puros *agricultores aldeados*, que deixavam as suas casas fechadas para irem aos seus campos lavrados plantar as suas leiras, os seus trigos ou pastorear os seus rebanhos".

No período colonial, os pequenos centros urbanos que vieram a se constituir "não eram, nem nunca foram centros residenciais para os lavradores e criadores e apenas meros pontos de passagem, de pouso ou de aprovisionamento de utilidades e vitualhas". Isto porque "o brasileiro é fundamentalmente individualista, mais mesmo, muito mais de que os outros povos latino-americanos", o que valeu aquela frase de SIMÃO DE VASCONCELOS, forte como um labéu: "nenhum homem nesta terra é repúblico, nem vela ou trata do bem comum, senão cada um do bem particular".

Em última análise, para OLIVEIRA VIANA o aglomerado vilarejo era sempre mesquinho na sua estrutura e na sua população, ao mesmo tempo que as cidades coloniais não tinham importância como expressão do espírito público; o núcleo urbano — vila ou cidade — era sempre *centrífugo* para as classes dominantes, pois os homens de posse evitavam de morar neles. As exceções a essa regra seriam poucas: os arraiais e vilas da mineração, os centros mercantis da orla costeira e o caso particular da vila, depois cidade de São Paulo, que fazia lembrar a aldeia portuguesa ou o "village" francês (pois grande parte de seus habitantes trabalhava na área circunjacente) e que contava com muitos "oficiais mecânicos" na sua Vereança.

Essas idéias do saudoso sociólogo fluminense<sup>50</sup> — que fizemos questão de resumir da maneira mais fiel possível, pelo interesse que apresentam para o presente estudo — haviam sido perfilhadas, em suas linhas gerais, por SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA<sup>51</sup>. "No Brasil colonial — afirma o ilustre historiador —, as terras dedicadas à lavoura eram a morada habitual dos grandes. Só afluíam eles aos centros urbanos a fim de assistirem aos festejos e solenidades. Nas cidades apenas residiam alguns funcionários da administração, oficiais mecânicos e mercados em geral". À pujança dos domínios rurais se opunha a mesquinhez da vida urbana, sendo freqüente o descuido com que se tratavam as habitações das cidades, por parte daqueles que preferiam viver no campo.

50 VIANA (Oliveira), *Instituições Políticas Brasileiras*, vol. I, págs. 119-165, Liv. José Olímpio, Rio, 1949.

51 HOLANDA (Sérgio Buarque de), obra cit., págs. 121-125

Anos antes, já ALCÂNTARA MACHADO<sup>52</sup> havia demonstrado a "supremacia incontestada do meio rural sobre o meio urbano", ao estudar o São Paulo do Bandeirismo. "Na cidade — diz ele -, o fazendeiro tem apenas a sua casa para descansar alguns dias, liquidar um ou outro negócio, assistir às festas civis ou religiosas. Um pouso. Nada mais". Através dos inventários, percebe-se claramente que o mobiliário e as alfaías da casa da *roça* eram superiores em qualidade e em número aos da casa da *vila*. Da mesma maneira, PAULO PRADO<sup>53</sup> escrevera que "os moradores só acorriam às vilas para as festas do fim do ano".

Essa verdadeira aversão à vida urbana, assim acentuada por autores de tanto peso; vê-se plenamente confirmada numa simples frase de Dom Antônio Rolim, CONDE DE AZAMBUJA, escrita em 1751: "a maior parte dos moradores assistem nos seus sítios"<sup>54</sup>; e continuou a existir através do século XIX, não só no período colonial, mas também sob o Império, de acordo com o testemunho dos viajantes. MARTIUS, por exemplo, afirmou que "o costume de morar a maior parte do ano em fazendas distantes, fora dos lugares habitados, domina em todo o Brasil"<sup>55</sup>. SAINT-HILAIRE foi mais explícito, quando escreveu: "Nos distritos auríferos, assim como nas regiões exclusivamente agrícolas, os lavradores só vêm à povoação para assistir à missa do domingo e das festas, e suas casas ficam fechadas durante os dias de trabalho. A população permanente da povoação é composta quase toda de homens de cor, tendeiros e artesãos"<sup>56</sup>; ou, nesta outra passagem: "Os lavradores passam a vida nas fazendas e só vão à vila nos dias em que a missa é obrigatória, forçando-os a se reunirem e comunicarem uns com os outros, o cumprimento das obrigações religiosas os impede, talvez mais do que qualquer outra causa, de cair em um estado próximo da vida selvagem"<sup>57</sup>.

Se tudo isso não bastasse, seria suficiente recordar a existência daquelas 12 cidades e 213 vilas, no término do período colonial, para ficar definitivamente comprovado esse anti-urbanismo da população brasileira em tão longo lapso de nossa História.

### O Verdadeiro Sentido do Anti-urbanismo Colonial

Cumprido, todavia, não exagerar o fenômeno e não considerá-lo, como o fez OLIVEIRA VIANA, um caso à parte a contrariar uma tendência universal para a urbanização. Na verdade — tudo parece indicar -, a concessão do título de cidade

52 MACHADO (Alcântara), *Vida e Morte do Bandeirante*, págs. 40-41.

53 PRADO (Paulo), *Paulística*, pág. 88, São Paulo, 1925.

54 AZAMBUJA (Conde de), *Relação da Viagem que fez da Cidade de São Paulo para a Vila de Cuiabá em 1751*, em "Relatos Monçoeiros", Liv. Martins, São Paulo, 1954.

55 SPIX (J. B. von), *Viagem pelo Brasil*, vol. I, pág. 335, trad. de Lúcia Lahmeyer, Imprensa Nacional, Rio, 1938.

56 SAINT-HILAIRE (Augusto de), *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, vol. I, pág. 270, trad. de Clado Ribeiro Lessa, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1938.

57 SAINT-HILAIRE (Augusto de), *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás*, tomo I, pág. 121, trad. de Clado Ribeiro Lessa, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1937.

a um aglomerado urbano, no período colonial, não constituía um atestado de sua importância demográfica, social ou econômica. Traduzia, muitas vezes, um simples galardão, mera honraria, que circunstâncias de momento poderiam justificar; outras vezes, um simples capricho de caráter pessoal, do monarca ou de seus auxiliares, quando não um injustificável acaso. Os exemplos de Filipéia, Cabo Frio e Oeiras falam por si. Diante disso, somos forçados a reconhecer que o papel hoje representado pelas cidades e era, na época, indiferentemente, pelas cidades e pelas vilas. Na análise de cada um dos séculos, atrás por nós realizada, tivemos oportunidade de destacar a presença de cidades e vilas, quando não de povoações (como o Recife, no seiscentismo), indistintamente, na relação dos mais importantes centros urbanos. Assim sendo, aquele tão proclamado anti-urbanismo perde bastante de sua força, pois 225 aglomerados urbanos para um país com menos de 5 milhões de habitantes não constitui nada de estranhável, nem de alarmante. Por outro lado, não poderíamos silenciar quanto a um último argumento destinado a atenuar a importância dessa tendência anti-urbanizante ou, pelo menos, justificá-la em parte: a *Geografia Geral* não nos ensina, comprovadamente, que a concentração urbana é um fenômeno recente, apenas registrado a partir do século XIX? Por que motivo imaginar-se que o Brasil colonial, na modéstia de sua posição demográfica e com as alternâncias contrastantes de sua evolução econômica, haveria de constituir uma exceção à regra universal?...

#### BIBLIOGRAFIA CITADA

AB'SABER (Aziz Nacib) —

1. **A cidade do Salvador** — Comentários a fotografias — "Boletim Paulista de Geografia", nº 11, São Paulo, julho de 1952.
2. **Na região de Manaus** — Comentários a fotografias — Boletim Paulista de Geografia, nº 14, São Paulo, julho de 1953.
3. A cidade de Manaus (Primeiros Estudos) — "Boletim Paulista de Geografia", nº 15, São Paulo, outubro de 1953.
4. **Os terraços fluviais da região de São Paulo** — "Anuário da Faculdade de Filosofia Sedes Sapientiae", São Paulo, 1953.
5. **Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo** (Tese de doutoramento) — Boletim nº 219 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1957.

AB'SABER (Aziz Nacib) e BERNARDES (Nilo) — **São Paulo, 1ª metrópole du plateau** — em "Vallée du Paraíba, Serra da Mantiqueira et Région de São Paulo", Livro-guia da Excursão nº 4, XVIII Congresso Internacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1956.

ABREU (Sylvio Fróes) — **O Distrito Federal e seus recursos naturais** — ed. Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1957.

AGACHE (Alfred) — **Cidade do Rio de Janeiro** (Extensão, remodelação, embelezamento) — ed. Foyer Brésilien, Paris, 1930.



ALMEIDA (Fernando F. Marques de) — **As camadas de São Paulo e a tectônica da Serra da Cantareira** — "Boletim da Sociedade Brasileira de Geologia", vol. 4, nº 2, São Paulo, setembro de 1955.

AMADO (Jorge) — **Bahia de Todos os Santos** (Guia das ruas e dos mistérios da cidade do Salvador) — Livraria Martins, São Paulo, 1945.

ARAÚJO FILHO (J.R. de) —

1. **Alguns aspectos da cidade do Salvador** — "A Tarde", Salvador, 10 de outubro de 1955.
2. **Alguns aspectos da população de São Paulo** — "Revista de História", nº25, São Paulo, janeiro-março de 1956.

ARBOS (Philippe) —

1. **Petrópolis — Esquisse de géographie urbaine** — "Revue de Géographie Alpine", vol. XXVI, Grenoble, 1938.
2. **Petrópolis — Esboço de geografia urbana** — Tradução e notas de Odilon Nogueira de Matos — Em "Trabalhos da Comissão do Centenário de Petrópolis", vol. VI.

3. **Petrópolis — Esboço de geografia urbana** — "Boletim Geográfico", nº37, Rio de Janeiro, abril de 1946. ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS (Seção Regional de São Paulo) — **A Cidade de São Paulo — Estudos de geografia urbana** — Por um grupo de geógrafos sob a direção de Aroldo de Azevedo — 4 volumes — Companhia Editora nacional, São Paulo, 1958.

AZEVEDO (Aroldo de) —

1. **Goiânia, uma cidade "criada"** — "Revista Brasileira de Geografia", ano III, nº 1, Rio de Janeiro, janeiro-março de 1941.
2. **La ciudad del Salvador** — Em "El Recôncavo de la Bahia" — "Revista Geográfica Americana", ano IX, vol. XVIII, nº 108, Buenos Aires, setembro de 1942.
3. **Subúrbios de São Paulo** (Primeiros estudos) — "Anuário da Faculdade de Filosofia Sedes Sapientiae", São Paulo, 1943.
4. **A cidade do Salvador** — Em "Recôncavo da Bahia" — Boletim nº 38 da Faculdade de Filosofia, Ciências e letras da Universidade de São Paulo — São Paulo, 1944.
5. **Os subúrbios de São Paulo e suas funções** — "Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros", no IV, nº 4, São Paulo, maio de 1944.
6. **Subúrbios orientais de São Paulo** (Tese de concurso à cátedra de Geografia do Brasil da Faculdade de Filosofia, Ciências e letras da Universidade de São Paulo) — São Paulo Editora Limitada, São Paulo, 1945.
7. **A cidade do Salvador** — Em "Recôncavo da Bahia — Estudo de geografia regional" — "Revista da Universidade de São Paulo", nº São Paulo", nº 1, São Paulo, 1950.
8. **São Paulo, metrópole moderna** — Comentários a fotografias aéreas de Paulo C. Florençano — "Boletim Paulista de Geografia" nº 5, São Paulo, julho de 1950.
9. **São Paulo, cidade tentacular** — "Paulistânia", nº 38, São Paulo, janeiro-fevereiro de 1951.
10. **La capitale: Salvador ou Bahia** — Em "Salvador et le Recôncavo de Bahia" — "Les Cahiers d'Outre-Mer", nº 15, Bordeaux, 1951.

11. São Luís do Maranhão (Primeiros estudos) — Em "Viagem ao Maranhão", Boletim nº 120 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1951.
  12. Terezina, capital do Piauí — Comentários a fotografias — "Boletim Paulista de Geografia", nº 8, São Paulo, julho de 1951.
  13. São Luís do Maranhão (Primeiros Estudos) — "Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros", vol. V, tomo I (1950-51), São Paulo, 1953.
  14. A cidade do Salvador — Cap. VI de "Regiões e Paisagens do Brasil", Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1952.
  15. São Paulo, Stadt des dynamischen Wachstums — "Staden Jarhbuch", vol. 3, São Paulo, 1953.
  16. Cuiabá, capital de Mato Grosso — Comentários a fotografias — "Boletim Paulista de Geografia", nº 15, São Paulo, outubro de 1953.
  17. São Paulo, metrópole du plateau — En "La Route du café et les fronts pionniers", Livro-guia da Excursão nº 3, XVIII Congresso Internacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1956.
  18. Cuiabá (Estudo de geografia urbana) — Relatório de um trabalho de equipe — "Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros", vol. VII, tomo II(1952-53), São Paulo, 1957.
- AZEVEDO (Thales de) — Povoamento da cidade do Salvador — Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1955.
- BACKHEUSER (Everaldo) —
1. Comércio ambulante e ocupações de rua no Rio de Janeiro — "Revista Brasileira de Geografia", ano VI, nº 1, Rio de Janeiro, janeiro-março de 1944.
  2. A planta atormentada da cidade (Rio de Janeiro) — "Boletim Geográfico", nº 27, Rio de Janeiro, junho de 1945.
  3. Crescimento da cidade do Rio de Janeiro — "Boletim Geográfico", nº 29, Rio de Janeiro, agosto de 1945.
  4. Densidade demográfica (Distrito Federal) — "Boletim Geográfico", nº 31, Rio de Janeiro, outubro de 1945.
  5. Geografia Carioca: aspectos geológicos no tempo colonial — "Boletim Geográfico", nº 32, Rio de Janeiro, novembro de 1945.
  6. Geografia Carioca: primeiros delineamentos urbanos — "Boletim Geográfico", nº 35, Rio de Janeiro, fevereiro de 1946.
  7. Breve notícia sobre a geologia do Distrito Federal e seus sambaquis — ed. I.B.G.E., Rio de Janeiro, 1946.8. Geografia Carioca" a população colonial da cidade — "Boletim Geográfico", nº 37, Rio de Janeiro, abril de 1946.
  8. Geografia Carioca: a população colonial da cidade — " Boletim Geográfico", nº 37, Rio de Janeiro, abril de 1946.
- BASTIDE (Roger) — Deux capitales: Rio et São Paulo — Cap. VIII de "Brésil, terre des contrastes", Lib. Hachete, Paris, 1957.
- BASTIDE (Roger) e FERNANDES (Florestan) — Relações raciais entre negros, brancos em São Paulo (Ensaio sociológico sobre as origens, as manifestações e os efeitos do preconceito de cor no município de São Paulo) — ed. Anhembi Limitada, São Paulo, 1954.
- BRANDÃO (Darwin) e SILVA (Motta e) — Cidade do Salvador (Caminho do Encantamento) — Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1958.

- BRANDT (B.) — Situação e traçado dos centros urbanos no Brasil. A casa — Em "Geografia Cultural do Brasil" — "Boletim Geográfico" n° 21, Rio de Janeiro, dezembro de 1944.
- BROCHU (Michel) — Cartes économiques des villes et régions de Rio de Janeiro et São Paulo — "Revue Canadienne de Géographie", vol. X, n° 1, Montreal, janeiro-março de 1956.
- BRUNO (Ernani Silva) — História e tradições da cidade de São Paulo — 3 volumes — Livraria José Olímpio, Rio de Janeiro, 1954.
- CABRINI (Gabrielle) — Rio de Janeiro et le District Federal — Em "L'Amérique du Sud", tomo I, de Doré Ogrizek, ed. Odé, Paris, 1957.
- CARVALHO (Delgado de) — A cidade de São Paulo — Em "Aspectos geográficos da Terra Bandeirante", ed. Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1954.
- CASTRO (Josué de) —
1. Fatores de localização da cidade do Recife (Um ensaio de geografia urbana) — Tese de concurso à cátedra de Geografia Humana da Faculdade Nacional de Geografia da Universidade do Brasil — Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1948.
  2. A cidade do Recife (Ensaio de geografia urbana) — Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, Rio de Janeiro, 1954.
- COARACY (Vivaldo) —
1. O Rio de Janeiro no século 17 — Livraria José Olímpio, Rio de Janeiro, 1944.
  2. Memórias da cidade do Rio de Janeiro — Livraria José Olímpio, Rio de Janeiro, 1955.
- CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA — Estimativa do desenvolvimento demográfico dos municípios das Capitais nos anos de 1950 a 1960 — "Estudos Demográficos", n° 166 — I.B.G.E., Rio de Janeiro, 1956.
- CORREIA (Magalhães) — O Sertão Carioca — Em "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro".
- CRULS (Gastão) — Aparência do Rio de Janeiro (Notícia histórica e descritiva da cidade) — 2 volumes — Livraria José Olímpio, Rio de Janeiro, 1949.
- DEFONTAINES (Pierre) —
1. O sítio de São Paulo — Em "Regiões e paisagens do Estado de São Paulo" — "Geografia", ano I, n° 2, São Paulo, 1935.
  2. A zona hortense de São Paulo — Em "Regiões e paisagens do Estado de São Paulo" — "Geografia", ano I, n° 2, São Paulo, 1935.
  3. Rio de Janeiro, une grande victoire urbaine — "Revue d'Economie Politique", n° 1, Paris, 1937.
  4. Rio de Janeiro, la plus grande ville blanche des tropiques — Imprimerie et Publicité Flor Burton — Antuérpia, 1939.
  5. As duas grandes cidades: Rio de Janeiro e São Paulo — "Revista Brasileira de Geografia", ano I, n° 2, Rio de Janeiro, abril-maio de 1939; cap. III de "Geografia Humana do Brasil", Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, Rio de Janeiro, 1952.
  6. Las dos grandes ciudades: Rio de Janeiro y São Paulo, cap. BI de "El Brasil — Latierray el hombre", Barcelona, 1944.
- DENIS (Pierre) — Amérique du Sud, tomo XV (1ª parte) da "Géographie Universelle" de Vidal de la Blanche e L. Gallois — Lib. Armand Colin, Paris, 1927.

- DIAS (Wilmar) — **Florianópolis — Ensaio de geografia urbana** — "Boletim Geográfico do Departamento Estadual de Geografia e Cartografia", ano I, nº 1 (janeiro de 1947) e nº 2 (julho de 1947); ano B, nº 3 (janeiro de 1948) — Florianópolis.
- DOMINGUES (Alfredo José Porto) — **Estudo sumário de algumas formações sedimentares do Distrito Federal** — "Revista Brasileira de Geografia", ano XIII, nº 3, Rio de Janeiro, julho-setembro de 1953.
- DUNLOP (Carlos) — **Rio Antigo** — 3 volumes — comp. Editora e Comercial F. Lemos, Rio de Janeiro, 1952-53.
- EDMUNDO (Luis) —
1. **O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis (1763-1808)**, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1932.
  2. **O Rio de Janeiro no tempo de Dom João VI**, Livraria Jackson, Rio de Janeiro.
  3. **O Rio de Janeiro de meu tempo** — 3 volumes — Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1938.
- FAISSOL (Speridião) **Goiânia** — Em "O Mato Grosso de Goiás", ed. Conselho nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1952.
- FORTES (Bonifácio) — **Evolução da paisagem humana da cidade do Aracaju** — Aracaju, 1955.
- FRANÇA (Ary)
1. **Notas sobre a freqüência dos ventos na cidade de São Paulo** — "Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros", ano IV, nº 5, São Paulo, novembro de 1944.
  2. **Estudo sobre o clima da Bacia de São Paulo** — Tese de doutoramento — Boletim nº 70 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo — São Paulo, 1946.
- FREYRE (Gilberto) —
1. **Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife** — Livraria José Olímpio, Rio de Janeiro, 1942.
  2. **Geografia urbana** — "Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia", vol. BI, ed. Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1944.
- GAULD (Charles Anderson) — **Belo Horizonte e Salt Lake City** — "Boletim Geográfico", nº 54, Rio de Janeiro, setembro de 1947.
- GEIGER (Pedro Pinchas) — **Baixada Fluminense e área metropolitana do Rio de Janeiro** — Em "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros", vol. VI, ed. I.B.G.E., Rio de Janeiro, 1958.
- GUERRA (Antônio Teixeira) — **Alguns aspectos geográficos da cidade do Rio Branco e do Núcleo Colonial Seringal Empresa** — "Revista Brasileira de Geografia", ano XIII, nº 4, Rio de Janeiro, outubro-dezembro de 1951.
- JAMES (Preston E.) —
1. **Belo Horizonte and Ouro Preto: a comparative study os two Brazilian cities** — "Papers of the Michigan Academy of Science, Arts and Letters", vol. XVIII, Chicago, 1932.
  2. **Rio de Janeiro and São Paulo** — "Geographical Review", vol. 23, Nova York, 1933.
  3. **Belo Horizonte and Ouro Preto. Rio de Janeiro. Porto Alegre. São Paulo City** — Em "Brazil", The Odyseu Press, Nova York, 1946.
  4. **Belo Horizonte e Ouro Preto: estudo comparativo de duas cidades brasileiras** — "Boletim Geográfico", nº 48, Rio de Janeiro, março de 1947.

- JUNOT (Lucas R.) — **Estudo da temperatura da cidade de São Paulo** — "Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia", vol. E, ed. Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1942.
- JUREMA (Aderbal) — **O sobrado na paisagem recifense** — Editora Nordeste, Recife, 1952.
- KELLER (Elza Coelho de Souza) — **A cidade do Salvador** — Em "Bahia", Livro-guia da Excursão nº 6, XVIII Congresso Internacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1956.
- LAMEGO (Alberto Ribeiro) —
1. **Escarpas do Rio de Janeiro** — Boletim nº 93 do Serviço Geológico e Mineralógico, Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, 1938.
  2. **Folha do Rio de Janeiro** — Boletim nº 126 da Divisão de Geologia e Mineralogia, Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, 1948.
  3. **Rio de Janeiro** — Em "O Homem e o Brejo", ed. Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1948.
- LANNOU (Maurice Le) —
1. **São Paulo** — Cap. VI de "Le Brésil", Lib. Armand Colin, Paris, 1955.
  2. **Rio de Janeiro et sa région** — Cap. VII de "Le Brésil", Lib. Armand Colin, Paris, 1955.
- LATIF (Miran de Barros) — **Uma cidade nos trópicos: São Sebastião do Rio de Janeiro** — Livraria Martins, São Paulo, 1948.
- LUZ (Nícea Vilela) — **Belo Horizonte** — "Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros", ano IV, nº 4, São Paulo, maio de 1944; e "Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia", vol. I, ed. Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1949.
- MALA (Francisco Prestes) —
1. **Plano de avenidas para a cidade de São Paulo** — Ed. Melhoramentos, São Paulo, 1930.
  2. **O zoneamento urbano** — ed. Sociedade dos Amigos da Cidade, São Paulo, 1936.
  3. **Os melhoramentos de São Paulo** — ed. Prefeitura Municipal, São Paulo, 1945.
  4. **Os grandes problemas urbanísticos de São Paulo** — "Digesto Econômico", São Paulo, nº 96, novembro de 1952; nº 97, dezembro de 1952; nº 98, janeiro de 1953; nº 99, fevereiro de 1953; nº 100, março de 1953; nº 102, maio de 1953.
  5. **Introdução** — Em "São Paulo" (Álbum de fotografias coloridas), de Kurt Peter Karfeld — ed. Melhoramentos, São Paulo, 1954.
- MATOS (J.N. Belfort de) —
1. **Breve notícia sobre o clima de São Paulo** — Boletim nº 17 da Comissão Geográfica e Geologia do Estado, São Paulo, 1906.
  2. **O clima de São Paulo** — Boletim nº 48 do Serviço Meteorológico, São Paulo, 1925.
- MATOS (Odilon Nogueira de) — **A cidade de São Paulo no século XIX** — "Revista de História", vol. X, nº 21-22, São Paulo, janeiro-julho de 1955.
- MATTOS (Dirceu Lino de) — **Principais aspectos da geografia urbana de Belo Horizonte** — "Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros", vol. IV, tomo II (1949-50), São Paulo, 1956.
- MELO (Mário Lacerda de) — **A cidade do Recife** — Em "Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba" — Livro-guia da Excursão nº 7, XVIII Congresso Internacional de Geografia, Rio de Janeiro (1956), 1958.

- MENDES (Josué Camargo) — **O problema da idade das camadas de São Paulo** — "Boletim Paulista de Geografia", nº 5, São Paulo, julho de 1950.
- MONBEIG (Pierre) —
1. **La Ville de Saint-Paul** — "Revue de Géographie de Lyon", XXV, nº 5, Lyon, 1950.
  2. **La croissance de la Ville de São Paulo** — "Revue de Géographie Alpine", Grenoble, 1953.
  3. **Aspectos geográficos do crescimento da cidade de São Paulo** — "O Estado de São Paulo", 25 de janeiro de 1954; "Boletim Paulista de Geografia", nº 16, São Paulo, março de 1954; em "Novos estudos de Geografia Humana Brasileira", Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1957; e em "Ensaio Paulistas", Ed. Anhembi Limitada, São Paulo, 1958.
  4. São Paulo et son Etat — Em "L'Amérique du Sud", tomo I, de Doré Ogrizek, ed. Odé, Paris, 1957.
- MORAES (Cícero) —
1. **Vitória, capital do Espírito Santo por determinação geográfica.**
  2. **Vitória, cidade-porto.**
- MORAES (Rubens Borba de) — **Contribuição para a história do povoamento em São Paulo até fins do século XVIII** — "Geografia", ano I, nº 1, São Paulo, 1935.
- PEDROSO (Tabajara) — **O crescimento de Belo Horizonte** — Comunicação apresentada ao XVIII Congresso Internacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1956.
- PEIXOTO (Afrânio) — **Breviário da Bahia** — Livraria Agir Editora, Rio de Janeiro, 1945.
- PENTEADO (Antônio Rocha) —
1. **Belém do Pará** (Primeiros Estudos) — "Anuário da Faculdade de Filosofia Sedes Sapientiae", São Paulo, 1949.
  2. **Belém, metrópole da Amazônia** — "Boletim Paulista de Geografia", nº 9, São Paulo, outubro de 1951.
- PEREIRA (José Veríssimo da Costa) — **Vitória: a cidade e o porto** — "Boletim Geográfico", nº 20, Rio de Janeiro, novembro de 1944.
- PETRONE (Pasquale) —
1. **Ensaio sobre a função industrial de São Paulo** — "Paralelos", nº 6, São Paulo, 1947.
  2. **Breve estudo sobre o sítio urbano de São Paulo** — "Filosofia, Ciências e Letras", ano XII, nº 10, São Paulo, 1948.
  3. **As indústrias paulistas e os fatores de sua expansão** — "Boletim Paulista de Geografia", nº 14, São Paulo, julho de 1953.
  4. **A cidade de São Paulo no século XX** — "Revista de História", vol. X, nº 21-22, São Paulo, janeiro-julho de 1955.
  5. **A zona rural de Cuiabá** — "Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros", vol. VII, tomo B (1952-53), São Paulo, 1957.
- PORTO (Fernando) — **A cidade de Aracaju, 1855-65** (Ensaio de evolução urbana), vol. B da coleção "Estudos Sergipanos", Aracaju, 1945.
- PRADO JÚNIOR (Caio) —
1. **O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo** — "Geografia", ano I, nº 3, São Paulo, 1935; e "Revista do Arquivo Municipal de São Paulo", ano II, vol. XIX, São Paulo, 1936.

2. Nova contribuição para o estudo geográfico da cidade de São Paulo— "Estudos Brasileiros", ano III, vol. 7, n° 19-20-21, Rio de Janeiro, 1941; capítulo da obra "Evolução política do Brasil e outros estudos", Editora Brasiliense, São Paulo, 1953.
- QUELLE (Otto)—Rio de Janeiro—Beitrag zur Geographie einer tropischen Grosstadt — Zeitsch. gesell. für Erdkunde zu Berlim, 1931.
- QUERINO (Manuel) — A Bahia de outrora — Livraria Progresso Editora, Salvador, 1955.
- RECLUS (Élisée) —
1. Nouvelle Geographie Universelle, vol. XIX, Lib. Hachette, Paris, 1894.
  2. Estados Unidos do Brasil (Geografia, Etnografia, Estatística)—Tradução e notas de Ramiz Galvão — Livraria Garnier, Rio de Janeiro, 1900.
- REGO (Luís Flores de Moraes) e SANTOS (Tarcísio Damy de Souza) — Contribuição para o estudo dos granitos da Serra da Cantareira — Boletim nº18 do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo, São Paulo, 1938.
- RIOS FILHO (Adolfo Morales de los) — O Rio de Janeiro imperial — ed. "A Noite", Rio de Janeiro, 1946.
- ROCHE (Jean) —
1. Porto Alegre, metrópole du Brésil Meridional — "Les Cahiers d'Outre-Mer", n° 28, Bordeaux, 1954.
  2. Porto Alegre, metrópole do Brasil Meridional — "Boletim Paulista de Geografia", n° 19, São Paulo, março de 1955.
- RUE (E. Aubert de la) — Recife, porte d'entrée trompeuse du Nord-Est — Cap. III de "Le Brésil aride", Lib. Gallimard, Paris, 1957.
- RUELLAN (Francis)
1. Evolução geomorfologia da Baía de Guanabara e das regiões vizinhas — "Revista Brasileira de Geografia", ano VI, n° 4, Rio de Janeiro, outubro-dezembro de 1944.
  2. Estudos geomorfológicos na zona urbana do Rio de Janeiro — "Boletim Carioca de Geografia", ano VI, n° 3-4, Rio de Janeiro, 1953.
- SCHMIDT (José Carlos Junqueira) — Considerações sobre alguns problemas da cidade do Rio de Janeiro: meio físico e circulação — "Boletim Geográfico", n° 38, Rio de Janeiro, maio de 1946.
- SERRA (Adalberto B.) e RATISBONNA (Leandro) — O clima do Rio de Janeiro—ed. Serviço de meteorologia, Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, 1941.
- SETTE (Mário) —
1. Maxambombas e maracatus — Livraria Universal, Recife, 1938.
  2. Arruar — História pitoresca do Recife antigo — Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, Rio de Janeiro.
- SETZER (José) — Os solos do município de São Paulo — "Boletim Paulista de Geografia", São Paulo, n° 20, julho de 1955; n° 22, março de 1956; e n° 24, outubro de 1956.
- SILVA (Alberto) — A cidade de Tomé de Souza (Aspectos quinhentistas) — Irmãos Pongetti Editora, Rio de Janeiro, 1949.
- SILVA (Raul de Andrada e) — São Paulo nos tempos coloniais — "Revista de História", vol. X, n°21-22, São Paulo, janeiro-junho de 1955.
- SIMAS FILHO (Américo) — Ângulos do problema da habitação popular em Salvador — Bahia, 1954.

- SIMÕES (Ruth Matos Almeida) — **Contribuição à Geografia Carioca: Notas sobre a geografia do bairro das Laranjeiras** — "Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros", vol. VII, tomo I (1952-53), São Paulo, 1955.
- SOUZA (Bernardino José de) — **Por Mares e Terras** — Livraria Catilina, Bahia, 1913.
- TAUNAY (Affonso d'E) —
1. **São Paulo nos primeiros anos** — 1554-1601 (Ensaio de reconstituição social) — ed. Arrault, Tours, 1920.
  2. **São Paulo no século XVI** — ed. Arrault, Tours, 1921.
  3. **História seiscentista da vila de São Paulo** — 4 volumes — ed. Canton, São Paulo, 1926-29.
  4. **História da cidade de São Paulo no século XVIII** — Ed. Melhoramentos, São Paulo.
  5. **Velho São Paulo** — 3 volumes — Ed. Melhoramentos, São Paulo, 1952.
  6. **História da cidade de São Paulo** — Ed. Melhoramentos, São Paulo, 1954.
- TAVARES (Odorico) — **Bahia — Imagens da terra e do povo** — Livraria José Olímpio, Rio de Janeiro, 1951.
- TEULIÉRES (Roger) —
1. **Bidonvilles du Brésil — Les favelles de Belo Horizonte** — "Les Cahiers d'Outre-Mer", tomo VIII, nº 29, Bordeaux, 1955.
  2. **Favelas de Belo Horizonte** — "Boletim Mineiro de Geografia", nº 1, Belo Horizonte, julho de 1957.
- VALADARES (José) — **Beabá da Bahia** (Guia turístico) — Livraria Progresso Editora, Salvador, 1951.
- VÁRZEA (Afonso) — **Geografia Carioca.**